

lisográfica

IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

(Sociedade Aberta)

RELATÓRIO E CONTAS 2005

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O N° 2 184

PESSOA COLECTIVA N° 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2730-053 Barcarena

Capital Social: 20.000.000 €

*Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184*

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

Mandato 2003 - 2006

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Moraes Leitão

Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos

Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio

Vogais: José Luis André Lavrador

José Pedro Franco Brás Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida

Vogais: Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por

Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2005

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Exas. os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 que compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício.

I. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

I.I. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Ainda que registando uma ligeira desaceleração face a 2004, em que o PIB denotara uma subida de 5,1%, a economia mundial continuou a cimentar um crescimento forte com crescimento de 4,3%, manifestando uma distribuição mais equilibrada, com registo elevados nas principais áreas económicas, sobressaindo o desempenho muito positivo das economias emergentes.

Depois de um registo de 4,2% no ano transacto, o PIB dos EUA cresceu 3,5% em termos reais no exercício de 2005.

A actividade económica beneficiou de um forte dinamismo do mercado imobiliário, tendo-se observado uma subida média de 12% nos respectivos preços, sendo que o efeito de arrastamento deste fenómeno desencadeou um crescimento significativo do consumo privado, de 3,6% e, por arrastamento, também do investimento produtivo que registou um incremento à volta de 10,8%.

A variação do produto em torno do potencial de crescimento da economia traduziu-se, entretanto, numa recuperação do mercado de trabalho e numa elevada utilização dos recursos factores que, conjugados com a evolução em alta dos preços dos bens energéticos, determinaram uma tendência de subida da inflação ao longo do ano, com a variação média dos preços a subir de 2,6% para 3,4% em 2005.

Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu em 2005 o ciclo da subida dos juros de referência iniciado no Verão de 2004, elevando a *target rate* em 200 pontos base, para 4,25%.

O forte desempenho da procura interna determinou, por seu turno, um agravamento do défice externo, que terá subido de 6% para 6,4% do PIB.

Os investidores externos continuaram, no entanto, a mostrar disponibilidade para financiar o défice corrente norte-americano, tendo-se verificado uma apreciação do dólar relativamente às principais divisas, em particular o euro, a libra, o iene e o franco suíço. O euro registou uma depreciação de 12,7% face ao dólar, fixando-se no fim do ano numa cotação EUR/USD 1.183.

No que aos mercados accionistas respeita, a tendência de subida dos juros de referência para próximo do seu nível neutral contribuiu para um desempenho menos positivo ilustrado pela evolução dos índices Nasdaq e S&P500 que subiram cerca de 1,4% e 3%, respectivamente, enquanto o Dow Jones caiu 0,6%.

A América Latina continuou a aproveitar uma conjuntura favorável dos mercados das matérias-primas e uma procura externa forte, beneficiando, em particular, do dinamismo da China e de outras economias asiáticas.

Na Ásia, a actividade económica manteve-se suportada pelo forte crescimento da China, com o respectivo PIB a registar uma variação real de 9,4%, muito próximo do registo de 2004, em que crescerá 9,5%. O sector exportador constituiu-se como o principal motor do crescimento, tendo as exportações crescido cerca de 28%, a partir de uma expansão da produção industrial de cerca de 13%.

No Japão, o ano de 2005 ficou marcado por uma tendência de aceleração dos preços e por uma retoma baseada na procura externa, bem como no consumo privado e investimento, sugerindo o fim próximo de um ciclo de cerca de dez anos caracterizado pela deflação e por um fraco crescimento da actividade. Neste contexto, o Nikkei valorizou-se em cerca de 40%.

Na Zona Euro verificou-se, na segunda metade do ano uma recuperação dos principais índices de confiança empresarial e uma ligeira aceleração da actividade económica, depois de um primeiro semestre marcado por uma evolução negativa do sentimento económico, no contexto da rejeição do projecto da Constituição Europeia e da não aprovação do Orçamento Comunitário para o período 2007/2013.

Para esta evolução favorável terão concorrido o impacto positivo, sobre as exportações, da depreciação do euro e do forte crescimento das economias dos EUA e Ásia, para além do forte crescimento das receitas dos países exportadores de petróleo, parcialmente direcionadas para a procura de bens produzidos na Zona Euro.

Em paralelo, a generalidade das empresas manteve-se focada nos objectivos de contenção de custos e de obtenção de ganhos de produtividade, em função do ambiente crescentemente competitivo a nível internacional.

Apesar da recuperação observada no 2º semestre, no conjunto do ano o PIB da Zona Euro cresceu apenas 1,4%, após um registo de 1,8% em 2004.

Em matéria de emprego, embora descendo de 8,8% para 8,3% da população activa, a taxa de desemprego manteve-se alta na Zona Euro, sustentando um ambiente de moderação salarial.

Este clima manteve a inflação relativamente controlada, não obstante a pressão em alta exercida pelos preços dos produtos energéticos; a taxa de inflação média anual subiu de 2,1% para 2,2%.

Num quadro de recuperação da actividade económica e com a inflação acima do objectivo de 2%, consistente com a sua definição de estabilidade de preços, o BCE iniciou em Dezembro um novo ciclo de subida dos juros de referência, elevando a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 25 pontos base, para 2,25%.

A conjuntura de liquidez criada pela política de baixos juros traduziu-se, por seu turno, em valorizações expressivas de activos financeiros e imobiliários. Na Europa, os índices accionistas CAC 40 de Paris, Dax de Frankfurt e IBEX 35 valorizaram-se em 23,4%, 27,1% e 18,2%, respectivamente, enquanto que os preços do imobiliário registaram variações acima dos 10% em economias como a Espanha, França e Itália.

A economia portuguesa registou novo abrandamento, face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a descer de 1,2% para 0,3%, sugerindo um ambiente técnico de estagnação. A desaceleração da actividade decorreu, fundamentalmente, do menor dinamismo verificado em todas as componentes da procura interna, na medida em que se assistiu a um ligeiro aumento do contributo da procura externa líquida.

O consumo privado registou um crescimento real em torno de 2%, em desaceleração face ao incremento de 2,4% observado em 2004, mas ainda claramente acima do crescimento global da actividade. A expansão do consumo deverá ter acompanhado o aumento do rendimento disponível, devendo a taxa de poupança das famílias ter verificado uma tendência de estabilização em torno de 10% do rendimento disponível, após uma queda significativa observada em 2004. A subida da taxa do IVA, de 19% para 21%, ocorrida em Julho, terá contribuído para uma antecipação das decisões de despesa das famílias na primeira metade do ano, em particular no que respeita aos bens duradouros.

Em paralelo, a continuação de um quadro de taxas de juro historicamente baixas e o alongamento dos prazos de amortização dos empréstimos bancários facilitaram também o crescimento das despesas das famílias.

O incremento de 2% no consumo privado ocorreu ainda apesar da subida da taxa média anual de desemprego de 6,7% para 7,6% da população activa e não obstante a subida dos níveis agregados de endividamento.

O investimento registou o comportamento mais negativo entre as componentes da procura interna, com uma queda real em torno de 2,7%; tal comportamento desfavorável estendeu-se a todos os sectores, em particular o público e o empresarial, e foi extensível à generalidade das suas componentes por tipo de bens.

Apesar das condições de financiamento permanecerem muito favoráveis em matéria de taxas remuneratórias, as perspectivas menos positivas para a evolução da procura interna e a evolução em alta dos custos dos produtos energéticos contribuíram para uma degradação do sentimento económico entre os empresários e, em consequência, para um adiamento das decisões de investimento.

O consumo público contribuiu, da mesma forma, para a estagnação da actividade económica, com o respectivo crescimento a cair de 2,4% em 2004, para 1% em 2005.

Tal como no ano anterior, foi visível um esforço continuado de contenção das despesas públicas, quer em bens e serviços quer em pessoal, neste caso em resultado de uma política de moderação salarial e de uma relativa estabilização de quadros. O défice global da Administração Pública deverá ter atingido um valor ligeiramente inferior ao objectivo de 6% do PIB inscrito no PEC, com as receitas fiscais a crescerem 7,5%, acima da estimativa de execução apresentada no orçamento.

Como resultado de uma forte desaceleração das importações, cujo crescimento deverá ter caído de 6,7% para cerca de 2,1%, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi menos desfavorável em 2005 do que no ano anterior. Por seu lado, no conjunto do ano as exportações terão registado um crescimento inferior a 2%. Esta evolução relativa resulta, por um lado, de um crescimento ainda lento dos principais parceiros comerciais de Portugal e, por outro, de uma evolução ainda relativamente desfavorável dos custos unitários de trabalho na economia portuguesa.

Observou-se no decurso de 2005 uma deterioração significativa no saldo conjunto das balanças corrente e de capital, elevando as necessidades líquidas de financiamento externo de 5,9% para cerca de 8% do PIB. Para além dos aspectos estruturais relacionados com problemas de competitividade da economia portuguesa, esta evolução reflecte também uma evolução desfavorável dos termos de troca, determinada pela escalada dos preços do petróleo face a 2004.

A despeito do impacto desfavorável da subida do IVA e da pressão associada à subida dos bens energéticos, o índice de preços no consumidor registou, em 2005, uma ligeira desaceleração, com uma taxa de inflação média a descer de 2,4% para 2,3%, em resultado da conjuntura de moderação salarial e de uma utilização dos recursos produtivos abaixo da capacidade potencial da economia.

1.2 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

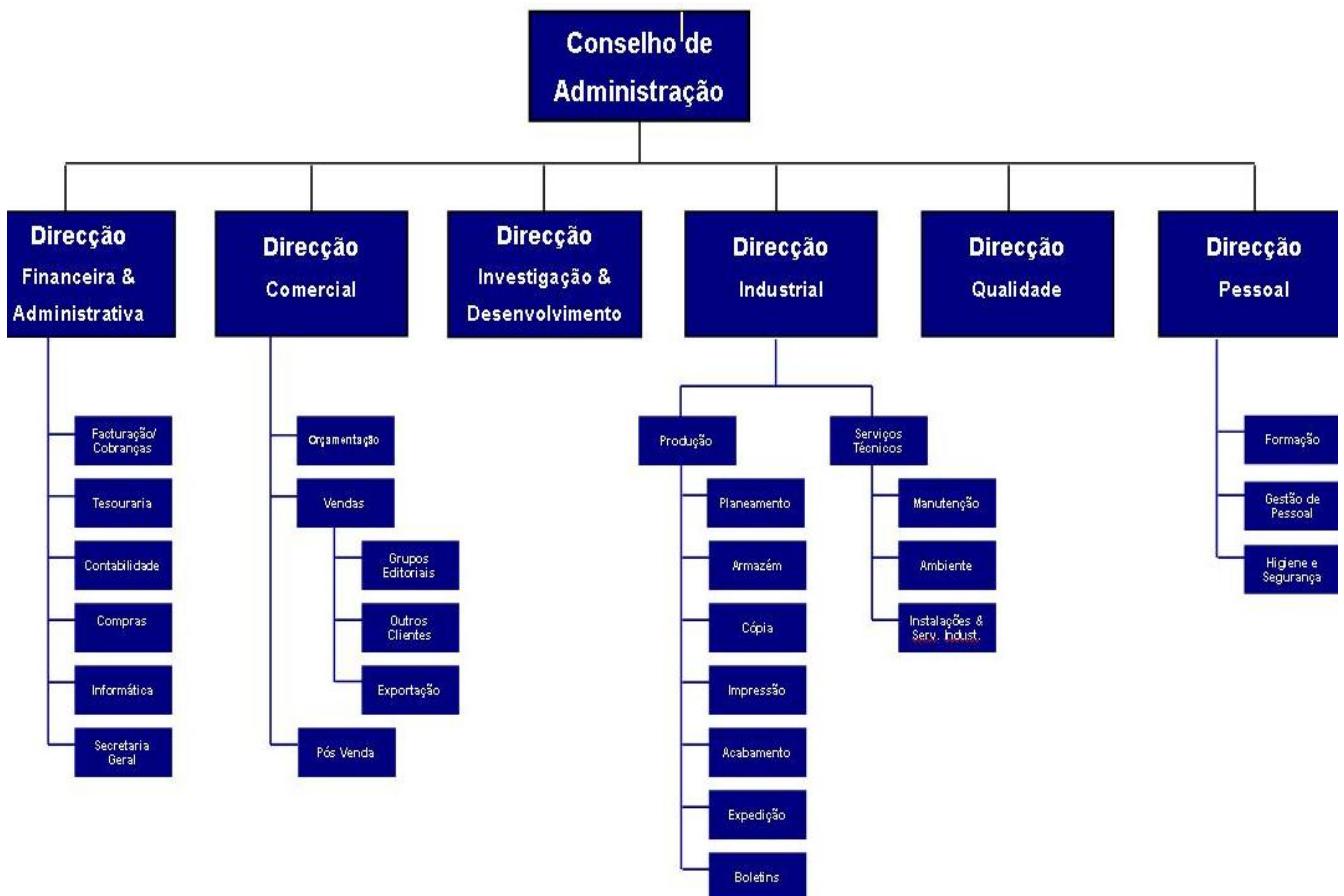
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organograma que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua Obrigaçāo e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.

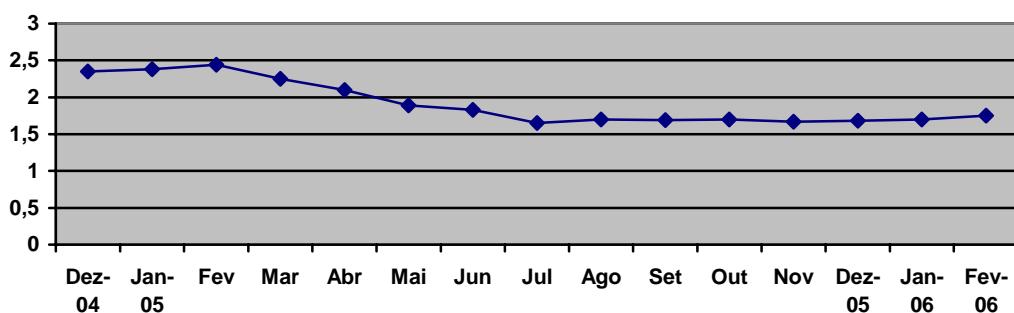


2. Não há comissões criadas na sociedade.
 3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:
 - (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
 - (b) o anúncio de resultados;
 - (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Não houve, no exercício de 2005, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício, sendo que o anúncio dos resultados obtidos se faz através da publicação das contas/notas informativas correspondentes aos trimestres/semestres do exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2005 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma subida no início do ano (2,35 em 31/12/04 para 2,44 em 28/02/05), uma descida que perdurou até Dezembro (2,25 em 31/03/05, para 1,68 em 31/12/05).



4. Política de Dividendos: Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada transitoriamente em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda permanece, motivo pelo qual neste exercício também não haverá distribuição de dividendos, até por força da situação dos Resultados Transitados e Capitais Próprios da Empresa.

Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.

6. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.

7. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.

O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à Informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

8. Não existe Comissão de remunerações do Órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, para além de que não está prevista nos Estatutos Sociais. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

9. A seguir indicamos os montantes pagos no exercício:

- Remuneração do Conselho de Administração Euros 193.783
- Remunerações ao Conselho Fiscal Euros 23.400
- Remunerações ao Auditor Externo Euros 38.450

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatuária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência ou ainda de o bloqueio das acções dever ser feito com o prazo, até há pouco habitual, de oito dias.

O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, tal como foi o caso do anúncio da Assembleia que vai apreciar estes documentos, nos seguintes termos:

“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 100 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é de oito dias, havendo a intenção de, em futura revisão do contrato social, reduzir este prazo para o colocar dentro das recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 100 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.

Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.

Tais indicadores cobrem a generalidade das áreas de actuação da sociedade e têm natureza quantitativa e qualitativa permitindo um acompanhamento rigoroso do desempenho das várias áreas de actuação. Exemplo dos indicadores referidos: Resultados mensais, Desvios Orçamentais e versus ano anterior de Vendas por Famílias/Títulos, Prazo Médio de recebimentos e pagamentos, Grau de satisfação dos Clientes, Prazo de Disponibilidade dos Dados de Gestão Mensais, Nível de Desperdício de Matérias Primas, Produtividade Mensal das equipas de Impressão, Produtividade do Acabamento, Produtividade da Cópia, Análise dos Consumos específicos, etc.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, designadamente para o mandato de 2003 a 2006 pela assembleia Geral de 28 de Maio de 2003.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujos 3 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

São Administradores independentes, isto é, não têm interesse, participação ou relações especiais com os Accionistas que detêm maior número de acções da empresa, os Senhores Engº António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFEDISPORT – Impressão e Artes Gráficas, S.A.” e da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no exercício com o Conselho de administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 193.783

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre a quase totalidade das recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 8 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral, o qual é superior à actual recomendação de 2 dias úteis.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de administração, no qual 2 dos 3 membros são independentes, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada.

Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral.

2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO EXERCÍCIO

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O ano de 2004 pareceu constituir o ponto de viragem de um ciclo que se estendeu por três anos em que o Sector sofreu os efeitos decorrentes de uma conjuntura de recessão.

Com efeito, alguns indicadores registados naquele exercício pareciam indicar tal fenómeno, designadamente um forte crescimento do investimento publicitário de cerca de 14%, a evolução do PIB com crescimento de 1,2%, incremento do investimento da ordem dos 2,2%, crescimento do investimento privado de cerca de 2,5%, reflectindo aumento de confiança dos agentes e incremento das exportações em 4,6%.

As expectativas alimentadas no tocante à viragem e à consolidação da retoma saíram frustradas e a economia portuguesa observou, em 2005, um novo abrandamento face ao ano anterior, registando um crescimento do PIB de apenas 0,3%, decorrendo tal desaceleração fundamentalmente do menor dinamismo verificado em todas as componentes da procura interna. Para tal afrouxamento contribuiu decisivamente a conjuntura económica internacional, particularmente na Zona Euro, a escalada do preço do petróleo e um clima generalizado de pessimismo instalado nos agentes económicos.

Após um crescimento de 14% em 2004 – Euro 2004 e Festival Rock in Rio – o investimento publicitário total nos meios de comunicação social tradicionais cresceu cerca de 21,6% face a 2004, elevando-se a 3,6 milhões de euros, cabendo à imprensa, situada em 2º lugar, cerca de 700 milhões de euros, representativos de um incremento de apenas 3%, face a 2004.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2005 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller- Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado.

Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior, representou no exercício em análise um valor superior a 600 mil Euros.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se um incremento das Vendas Globais, face ao ano de 2004, de cerca de 613 mil Euros (1,8%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 177 milhões (10,8%). É patente uma desproporção entre o incremento em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas* traduzida em cerca de 738 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 97 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 302 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Suplementos* da ordem de 1.242 mil Euros e na *Família Folhetos/Catálogos* um crescimento da ordem de 508 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram, no entanto, aquém do Orçamento anual num valor rondando os 2,5 milhões de Euros (6,7%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 92 mil Euros e decréscimo de 2,197 milhões de Euros, traduzindo no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a não repetição dos Proveitos registados em 2005, associados ao sinistro e respectiva indemnização compensatória.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 1,6 milhões de Euros (4,1%), para o qual converreu negativamente a rubrica “*Outros Proveitos Operacionais*” com cerca de 2,2 milhões de euros, deixando à actividade operacional um contributo positivo de cerca de 0,6 milhões de Euros.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e `a sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2004, de cerca de 215 mil Euros devendo, no entanto, sublinhar-se que este aparente insucesso deriva fundamentalmente do incremento do peso relativo, ocorrido nos dois exercícios das Rendas e Alugueres das Instalações que reflectem um agravamento de cerca de 1,6

milhões de Euros traduzindo o facto de o exercício de 2005 suportar um ano de rendas, enquanto que 2004 apenas suportou o 2º semestre.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 1,4 milhões de Euros, variação explicada pelo incremento das Vendas, pelo maior consumo de papel determinado pelo crescimento de vendas da Família Folhetos/Catálogos, pelo custo do abate da rotativa alocada a Mercadorias e pelo maior peso específico das Tintas e Chapas.

Os FSE registaram um incremento de cerca de 934 mil Euros dos quais cabe a Rendas e Alugueres uma fatia de cerca de 1,6 milhões de Euros já acima explicada pelo que, na realidade se verificou uma queda de cerca de 643 mil Euros, equivalente a 9,7%, a despeito de se terem observado agravamentos em algumas rubricas, designadamente, Electricidade e Gaz, Subcontratos e Outros Fornecimentos e Serviços.

As Despesas com Pessoal registaram um incremento de cerca de 595 mil Euros, explicados pela integração dos trabalhadores da Grafilis e pela retomada do processamento do 15º mês, associados a um ligeiro aumento do recurso a trabalho extraordinário determinado pela redução de capacidade produtiva.

Os Custos Financeiros reflectem uma redução de 895 mil Euros.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 2,1 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio, igualmente desfavorável, de cerca de 318 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,8 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços/installações não necessários à operação industrial da Lisgráfica.

Foram subscritos, com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2005 de cerca de 450 mil euros.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2005 e 2006, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das Contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Grafedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no final do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1.Produção das Rotativas

2003	2004	2005
1.513.359	1.632.780	1.809.025

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.

Tendo-se registado um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), em 2003 face a 2002, fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, no exercício de 2004 consolidou-se tal crescimento que registou uma expressão de 119 milhões de cadernos (8%), que voltou a confirmar-se em 2005 em que se observou novo incremento de cerca de 177 milhões de cadernos (10,8%), sendo que a análise da evolução se limita à impressão Heat-Set. Registou-se um incremento a nível de Heat-Set em 2005, ano em que do total da actividade da Empresa cerca de 89,22% foi impresso em Heat-Set, enquanto que no ano transacto se verificara um rácio de 86,98%.

2.Produção Linhas Ponto Arame

2003	2004	2005
186.328	228.757	249.280

Unidade: Mil Exemplares

3.Produção Linhas Capa Colada

2003	2004	2005
18.793	17.414	18.020

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “Muller-Martini” modelo 300, uma Linha “Heidelberg”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, uma Linha “Muller-Martini” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “Ferag” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um crescimento de cerca de 20 milhões de exemplares (9%), enquanto que o incremento na Capa Colada foi menos expressivo, situando-se em cerca de 600 mil de exemplares (3,5%), indicando o emagrecimento das revistas, e confirmando a tendência que se vinha consolidando relativamente a esta Linha.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 7,0 milhões de volumes, mantendo um nível semelhante ao ano anterior.

IMPRESSÃO DE BOLETINS

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins		
2003	2004	2005
102.250	167.122	120.800

Unidade: Mil Boletins

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line, a Lisgráfica iniciou a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações, estando neste momento a produzir apenas Boletins para apostas on-line das gamas “*Totoloto*”, “*Totobola*” e “*Totogolo*”.

Durante o exercício de 2004 a Santa Casa lançou uma nova variante de apostas – *Euromilhões* – que cativou os apostadores e permitiu alguma animação no sector.

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, mantendo-se a tendência de descida, ainda que mais suave, em cerca de 4 milhões (3,7%) entre 2002 e 2003 e registando-se uma subida de cerca de 65 milhões (63%) entre 2003 e 2004, reflectindo o lançamento do *Euromilhões* e o reforço da produção de *Totoloto* para reposição de stocks, para nova descida em 2005 da ordem dos 47 milhões (28,14%).

O exercício de 2005 terá sido o derradeiro ano de produção regular por parte da Lisgráfica, porquanto o lançamento de novo concurso redundou na adjudicação a duas unidades Gráficas da produção de Boletins necessários à satisfação das necessidades da santa Casa.

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “*Printing Agreement*” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

O Departamento produziu em 2005 cerca de 6,5 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um decréscimo de cerca de 120 milhões de cadernos de 16 páginas em relação a 2004 (544 milhões de cadernos em 2004, contra 424 milhões em 2005) circunstância que tem como pressupostos uma reformulação editorial levada a cabo pelo Editor.

INVESTIMENTO

Pelo segundo ano consecutivo o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável na Empresa.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas.

Depois de no exercício de 2004 se ter registado um desinvestimento que, em termos brutos, se cifrou em cerca de 72 milhões de Euros, fundamentalmente em resultado do abate dos Terrenos e Instalações objecto da Operação Imobiliária e ainda dos Activos entregues à Grafedisport como forma de realização de capital e prestações acessórias bem como do abate da Rotativa de Revistas sinistrada, apesar de terem ocorrido adições representativas de cerca de 3,2 milhões de Euros, voltou em 2005 a verificar-se um desinvestimento ainda que com uma expressão menor, de cerca de um milhão de Euros.

- **Imobilizações Incorpóreas**

Verificou-se o abate de cerca de 19,7 mil Euros de Despesas de Instalação, completamente amortizadas.

- **Investimentos em Curso:**

Nesta classe verificou-se um incremento de cerca de 294,7 mil Euros, resultante de adições de cerca de 389,8 mil Euros e de transferência para Imobilizações Corpóreas de cerca de 95 mil Euros.

Os aumentos dizem respeito a investimentos iniciados no exercício no âmbito das seguintes áreas:

(Instalação da Rede de Incêndio com colocação de Springlers; Instalação de Novos Quadros Eléctricos Baixa Tensão; Grande Reparação Máquina Plana Speedmaster; Sistema de Corte Trilateral; Grande Reparação Linha Ferag; Adiantamento para Aquisição de Sistema de Registo de Cor GMI).

- **Imobilizações Corpóreas**

Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 2,2 milhões de Euros e abates/alienações de cerca de 3,6 milhões de Euros.

Entre as primeiras sobressaem o crescimento do Equipamento Básico em cerca de 2 milhões de Euros – destacando-se a instalação da Rotativa Harris M850 adquirida à Naveprinter 1,036 milhões de Euros e da Máquina de Acabamento Muller Martini, também adquirida à Naveprinter 600 mil Euros, e da Máquina de Cola Planatol 42 mil Euros – e o crescimento do Equipamento de Transporte em cerca de 95,8 mil Euros, reflectindo a aquisição em ALD ou AOV de viaturas de serviço.

Em matéria de Abates/ Alienações registaram-se em Equipamento Básico abates/alienações no valor de cerca de 3,5 Milhões de euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados, enquanto que em relação a Equipamentos Administrativos, também totalmente amortizados, os abates/alienações se cifraram em cerca de 118 mil Euros.

- *Imobilizações Financeiras*

Representam, em termos líquidos, uma queda inexpressiva de 14 mil Euros a respectiva evolução está explicada no Capítulo 2.2.3. Investimentos Financeiros, remetendo-se para a Nota 10 do Anexo uma análise mais detalhada de tal evolução.

FINANÇAS

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 3,7 milhões de Euros e a título de juros, cerca de 560 mil Euros, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representando em termos de capital cerca de 950 mil Euros e, a título de juros cerca de 385 mil Euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 3,211 milhões de Euros; deste valor, cerca de 2,632 milhões de Euros representam amortização de capital e 578,8 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2005, representam um total de 10,457 milhões de Euros, subdivididos em 2,152 milhões de Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 8,305 milhões de Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Durante o exercício não foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira.

O valor do esforço ligado à regularização de Passivo Financeiro e respectivos encargos no exercício representou, em consequência, cerca de 9milhões de Euros, a acrescer a cerca de 50 milhões reduzidos durante o exercício de 2004; o Passivo Financeiro remanescente representa, no final do exercício, cerca de 35 milhões de Euros, fixando-se assim em cerca de 45% da respectiva extensão em finais de 2003.

Não houve, no exercício de 2005, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2005 está ilustrada no gráfico do Capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma subida no início do ano (de 2,35 em Dez04, para 2,44 em Fev05), uma descida entre Março e o final do ano Setembro (2,25 em Mar05, para 1,68 em Dez05).

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior, a que se juntam 110.713 acções do Millennium BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir

os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível no ano de 2005 e 2006, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,8 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços(instalações não necessários à operação industrial da Lisgráfica.

Foi subscrito com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2005 de cerca de 450 mil euros.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das Contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Grafedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2005.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da produção e vendas da Lisgráfica.

Em matéria de publicidade, parâmetro determinante do comportamento dos Editores e, consequentemente do nível de actividade das Gráficas, devemos referir que após um crescimento de 14% em 2004 – Euro 2004 e Festival Rock in Rio – o investimento publicitário total nos meios de comunicação social tradicionais cresceu cerca de 21,6% face a 2004, elevando-se a 3,6 milhões de euros, cabendo à imprensa, situada em 2º lugar, cerca de 700 milhões de euros, representativos de um incremento de apenas 3%, face a 2004 não confirmando estimativas feitas em final de 2004 que apontavam para subida entre 7% a 10%, tendo cabido aos meses de Maio e Junho a maior fatia de investimento, respectivamente, 68,5 e 66,5 milhões de euros.

O Grupo Cofina terá sido o Grupo que absorveu maior parcela de investimento, da ordem de 136 milhões de euros, registando um crescimento de 8,6% face a 2004.

O Grupo Global Notícias, actualmente detido pela Controlinveste, portanto em fase de mudanças, terá ocupado a segunda posição com uma fatia de 136 milhões de euros, registando uma queda de 5,4% face a 2004.

A Impresa terá registado um crescimento de cerca de 3,4% face a 2004, fixando-se nos 123 milhões de euros.

O grupo que terá registado a maior subida foi o Grupo Média Capital, que cresceu 65,8% face a 2004, fixando-se nos 25 milhões de euros, concorrendo para tal performance o lançamento do jornal gratuito “Metro” que arrecadou cerca de 6,5 milhões de euros de publicidade.

Para a revisão em baixa contribuiu a conjuntura económica desfavorável, a falta de crédito da economia, com os índices de confiança do consumidor a registar baixas sucessivas, e a consequente retracção do investimento, em especial nos budgets publicitários.

No entanto, sublinha-se que apesar da estimativa de crescimento para 2005 não se ter verificado, o mercado apresenta pelo terceiro ano consecutivo e após a queda verificada em 2001 e 2002, uma subida de investimento publicitário, que atingiu o seu pico em 2004.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos, preocupação acrescida em função da limitação de recursos decorrente do sinistro.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que no segmento do Mercado de Jornais Diários, e usando a tiragem como indicador, a Gрафedisport detém uma quota de 60% e, em conjunto com a Naveprinter atinge os 72,5%, mantendo exclusividade nos segmentos de “Listas Telefónicas” e “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração, como indica a operação visando os títulos da Lusomundo Media.

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente o suplemento de fim de semana dos jornais da Global Notícias “Notícias Magazine” que transitou da Naveprinter, a revista semanal “Terra do Nunca” também editada pela Global Notícias, a revista de fim de semana “24 Horas” editada ainda pela Global Notícias,

que substitui, ao domingo, o jornal homônimo, a revista “*Autosport*”, editada pela Medipress, que substituiu o jornal com o mesmo nome, o suplemento semanal “*Correio Vidas*”, editado pela Presselivre, que substituiu o Correio Mulher, da mesma Editora, as revistas mensais “*FHM*” e “*Rotas do Mundo*”, editadas pela Edimpresa, os suplementos semanais da Visão “*Guia da Semana*”, edições Norte e Sul, agrafados à revista Visão e que constituem roteiros de fim de semana, a publicação bimestral “*Guia da Cidade*”, que constitui uma revista publicitária de âmbito regional e, com periodicidade mais aleatória, um simpósio farmacêutico “*Guiaadirmed*”, com vigência anual, bem como os Folhetos/Catálogos “*NocNoc*” e “*Media Market*”.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Doze*” e “*Telefilmes*”, respectivamente uma publicação semanal da Edimpresa, virada para o desporto e uma publicação semanal editada pela Editora Tejo XXI, virada para a divulgação de projeções televisivas de filmes, bem como a revista semanal “*Fotochoque*” editada pela Cena, empresa do Grupo Media Capital e, ainda, por mudança de Gráfica, as revistas “*Índico*” e “*África Mais*”, publicações mensais de distribuição nos Palop’s e “*Superinteressante*”, revista mensal editada pela Edimpresa.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpriu-se o programa de impressão fixado pelo editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão dos cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas.

Estuda-se, em conjunto com o editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

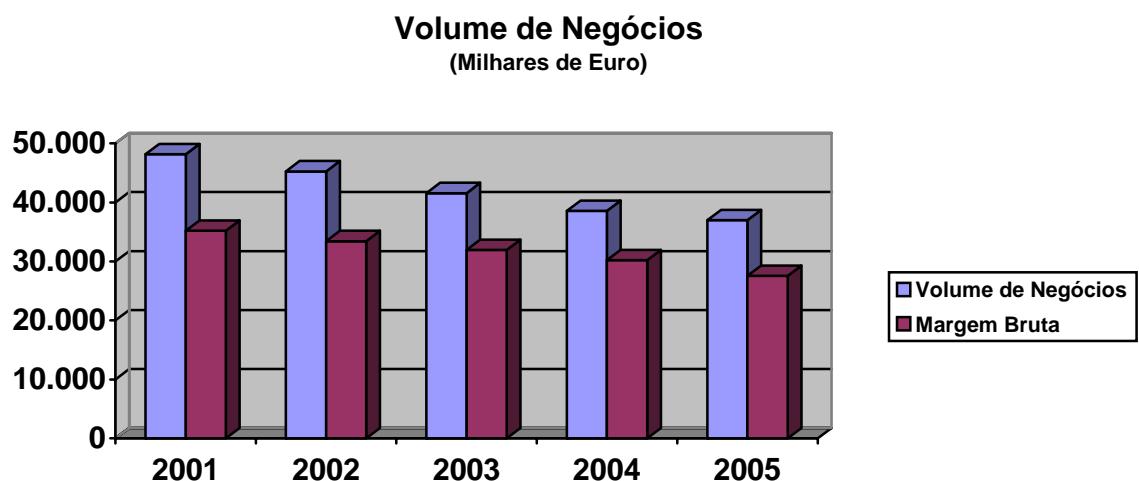
O sinistro ocorrido na nave das Sunday, que implicou a limitação da capacidade produtiva da Lisgráfica, fez-se sentir particularmente neste nicho e determinou o recurso a subcontratação externa para os produtos/ períodos mais agudos, situação que tem vindo a normalizar-se e para cuja limitação contámos com a colaboração de uma Gráfica Dinamarquesa, da Heska e, mais recentemente, de Gráficas Espanholas com quem estabelecemos protocolos de colaboração recíproca com resultados apreciáveis.

2.2. INDICADORES ECONÓMICO – FINANCIEROS

Da actividade desenvolvida ao longo do exercício, bem como da sua evolução no decurso do último quinquénio, poderão os Senhores Accionistas aquilatar pela análise dos parâmetros a seguir indicados:

2.2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS//VALOR ACRESCENTADO

A evolução ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte a queda sucessiva entre 2001 e 2004, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada, por outro, e um ligeiro incremento em 2005 atenuando tal tendência, como reflexo das medidas internas entretanto tomadas.

Os valores de 2005 traduzem um incremento líquido de cerca de 613 mil Euros (1,8%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos. Assim, na Família “Revistas Semanais/Mensais” regista-se um desvio desfavorável de cerca de 738 mil Euros (4%), decorrente de tal Família ser a mais sensível á queda da publicidade/pressão do *pricing*. Em “Suplementos” verifica-se um desvio favorável de cerca de 1,2 milhões de Euros (20,2%), consequência do lançamento de novos títulos e/ou sua transferência para impressão na Lisgráfica.

No tocante a “Boletins” registou-se uma queda de cerca de 97 mil Euros (14,3%) traduzindo o esvaziamento deste nicho de mercado, a despeito da expectativa que o lançamento do *Euromilhões* chegou a alimentar.

A variação registada na Família “Listas Telefónicas” foi negativa e da ordem de 302 mil Euro (5,1%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor e o início da mudança de formato de algumas Listas Regionais.

Os “Catálogos/Folhetos” com um crescimento da ordem dos 509 mil Euros (14,1%), ilustram a opção tomada pela Empresa de, não acompanhando a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico, continuar atenta a este segmento, procurando fidelizar os Grupos mais importantes.

As rubricas “Proveitos Suplementares” e “Outros Proveitos Operacionais” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 92 mil Euros e decréscimo de 2,197 milhões de Euros, traduzindo no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Gafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a não repetição dos Proveitos registados em 2005, associados ao sinistro e respectiva indemnização compensatória.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 1,6 milhões de Euros (4,1%), para o qual converteu negativamente a rubrica “Outros Proveitos Operacionais” com cerca de 2,2 milhões de euros, deixando à actividade operacional um contributo positivo de cerca de 0,6 milhões de Euros.

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acresentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	2001	2002	2003	2004	2005
Volume de Negócios	48.165	45.769	41.565	38.568	37.000
Matérias Consumidas					
Papel	5.701	5.505	2.992	2.941	3.163
Matérias subsidiárias	7.264	6.829	6.621	5.409	6.277
Valor Acresentado	35.200	33.435	31.952	30.218	27.560
% Val Acrescent / Volume de Negócios	73,1%	73,1%	76,9%	78,4%	74,5%

Unidade: Milhares de Euros.

Concluímos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 1,765 milhões de Euros entre 2001 e 2002, equivalentes a 5,0%, 1,483 milhões de Euros, equivalentes a 4,4% entre 2002 e 2003, 1.734 milhões de Euros, equivalentes a 5,3% entre 2003 e 2004 e 2.658 milhões de Euros, equivalentes a 8,8% entre 2004 e 2005.

Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 85 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2005, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 75 milhões de Euros.

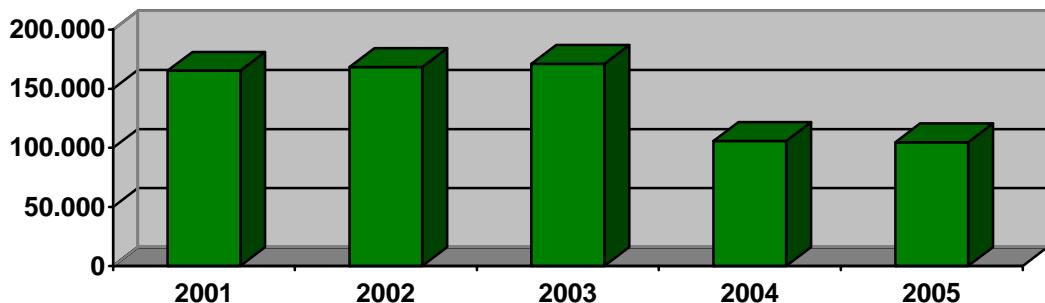
Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrescentado registou manutenção no patamar dos 73,1% entre os exercícios de 2001 e 2002, voltou ao crescimento de cerca de 3,8 pontos entre os exercícios de 2002 e 2003 (de 73,1% em 2002, para 76,9% em 2003) e persistiu numa trajectória de crescimento cifrado em 1,5% entre 2003 e 2004 (de 76,9% em 2003 para 78,4% em 2004), voltando à queda de 3,9 pontos em 2005 (de 78,4% em 2004 para 74,5% em 2005).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação e à evolução do custo das matérias primas, bem como à respectiva rentabilidade de utilização – registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euros, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 83 mil Euros, em 2003 para 46 mil Euros, em 2004 situou-se nos 71 mil Euros e não teve expressão em 2005; por outro lado, e tendo em conta a evolução da operação “Folhetos/Catálogos”, em 2002 registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euros que, pelas razões apontadas, levou em 2003 a uma queda em tal componente da ordem de 1,9 milhões de Euros para em 2004 representar cerca de 2 milhões de Euros, e em 2005 cerca de 2,4 milhões de Euros, devendo ainda assinalar-se que as preocupações no domínio da melhor rentabilização dos meios e matérias-primas começaram já a dar os seus frutos.

2.2.2. IMOBILIZADO BRUTO TÉCNICO

Os valores das Imobilizações Técnicas, antes de amortizações, ao longo dos anos, sofreram a seguinte evolução:

**Imobilizado Técnico
(Milhares de Euro)**



Pelo segundo ano consecutivo o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável; de facto, e tendo em consideração a prática corrente da Empresa, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas e/ou aumento de capacidade produtiva.

O desinvestimento líquido registado no exercício de 2005 foi de cerca de um milhão de Euros, repetindo embora com expressão totalmente diferente o fenómeno ocorrido no exercício de 2004.

Procurando demarcar por períodos o esforço de investimento da Lisgráfica, podemos considerar os seguintes períodos:

No período 1996/2002 o investimento total representou quase 105 milhões de Euros, dimensão que ilustra bem a preocupação da Lisgráfica de antecipar as necessidades dos seus clientes/editores, bem como o aproveitamento de oportunidades de negócio susceptíveis de enriquecer o seu potencial, a despeito dos constrangimentos financeiros sentidos nos últimos três anos, em resultado do abrandamento da actividade.

Tendo-se imobilizado em 1996 cerca de 10 milhões de Euros, em 1997 cerca de 12,5 milhões de Euros, a maior parte dos quais visando completar o Programa de Investimentos previstos no âmbito do Pedip II, e em 1998 cerca de 15 milhões de Euros fundamentalmente ligados à operação de compra da Divisão Gráfica de Páginas Amarelas.

O exercício de 1999 marcou o início de um novo ciclo, abarcando o período 1999/2002, durante o qual se terá concretizado um volume de investimentos de cerca de 45 milhões de Euro, tendo o ano de 2000 constituído o ponto mais alto de tal ciclo, durante o qual, em investimentos técnicos e obras necessárias à sua instalação, se imobilizaram cerca de 28 milhões de Euros e se procedeu a uma reavaliação livre do património imobiliário da empresa que, em termos brutos, registou uma valorização de cerca de 22 milhões de Euros, representando os abates cerca de 9 milhões de Euros.

O exercício de 2004 foi, conforme já referido acima, um ano atípico na medida em que se operou um desinvestimento líquido expressivo em consequência, por um lado da operação de alienação de activos Imobiliários envolvidos na operação com o ESAF, dando lugar a abates líquidos de cerca de 39,8 milhões de Euros e, por outro, da alienação de equipamentos, designadamente da rotativa nº 8 sinistrada em resultado do incêndio do início do ano e dos equipamentos transferidos para a Naveprinter (rotativas de jornais) e para a Graftedisport (equipamentos cedidos como forma de realização de capital/prestações acessórias), tudo representando cerca de 6,3 milhões de Euros.

Em termos de adições avulta, em termos de Equipamentos Básicos, a Substituição dos Grupos da Rotativa M600, a Grande Reparação e Desmontagem da Rotativa Mercury, a Grande Reparação da Rotativa nº 9 e a Instalação de Duas Unidades Laser nos CTP's, tudo representando cerca de 1,5 milhões de Euros, bem como a passagem das Viaturas contratadas em Renting para o Imobilizado da Empresa o que representou um crescimento de tal rubrica de cerca de 470 mil Euros.

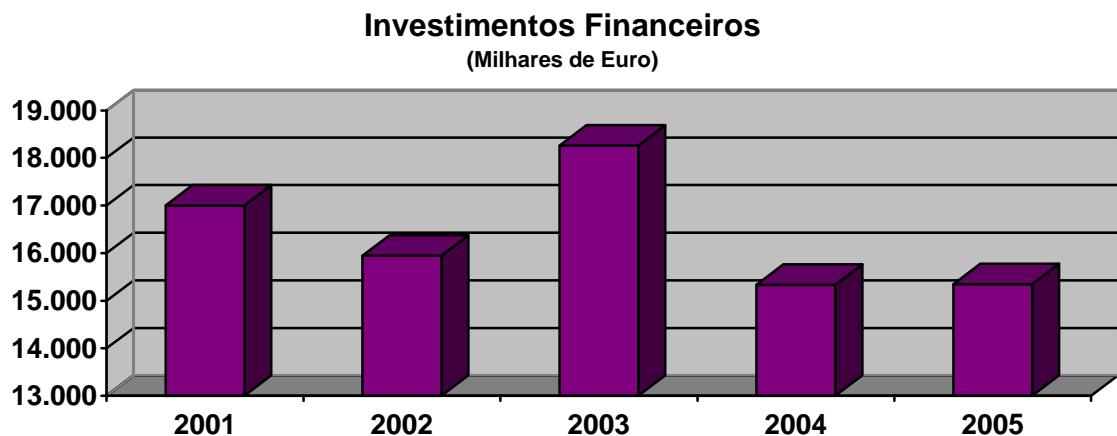
No exercício de 2005 verificaram-se adições de cerca de 2,2 milhões de Euros, destacando-se a instalação da Rotativa Harris 850 e da Máquina de Acabamento Muller Martini, bem como a Máquina de Cola Planatol, equipamentos adquiridos à Naveprinter aquando do encerramento do Departamento de Revistas, envolvendo cerca de 1,7 milhões de Euros, acrescidos de Equipamento de Transporte representando cerca de 100 mil Euros.

Em matéria de abates/alienações, registaram-se em Equipamento Básico no valor de cerca de 3,5 milhões de Euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados, enquanto que em relação a Equipamentos Administrativos, também totalmente amortizados, os abates/alienações se cifraram em cerca de 118 mil Euros.

Sublinha-se que, a par das preocupações de natureza tecnológica, a Lisgráfica continua a não descurar as componentes ambiental e de segurança bem como as condições de trabalho dos seus colaboradores, tendo iniciado no exercício em apreciação as acções necessárias à obtenção de certificação ambiental.

2.2.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A evolução desta rubrica fez-se conforme o gráfico abaixo:



Registou-se uma queda global líquida inexpressiva na Classe “Investimentos Financeiros” de cerca 14 mil Euros, traduzindo Perdas registadas em Empresas do Grupo de cerca de 62 mil Euros e o reconhecimento de mais valias geradas na alienação de equipamento à Grafedisport no valor de cerca de 76 mil Euros.

As participações detidas pela Lisgráfica em 31/12/05 são as constantes do quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Efectiva Capital Social
1. Gestigráfica	13.880.161	52.500	100
2. Grafedisport	950.584	2.500.000	50

Unidade: Euros

Conforme já referido no Capítulo “Finanças”, no final do 1º trimestre de 2006, ocorreu a alienação da participação directa da Lisgráfica na Grafedisport, operação cuja relevação contabilística será processada nas Contas do trimestre.

Apesar de a apresentação das Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa apresentar no exercício em apreço elaborar Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações dimanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.

2.2.4. VALORES ACTIVOS E PASSIVOS

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

ACTIVO	2001	2002	2003	2004	2005
Disponível	1.541	2.165	918	5.680	5.836
Créditos curto prazo	15.925	16.853	19.613	25.209	19.579
Créditos M/L prazo	-	-	4.557	5.641	6.226
Existências	2.206	1.756	2.010	1.704	948
Imobilizações	130.001	127.193	112.389	56.753	53.666
Acréscimos/Diferimentos	790	507	739	1.609	2.146
Total	150.463	148.474	140.226	96.596	88.401

PASSIVO	2001	2002	2003	2004	2005
Provisões Outros Riscos e Encargos	1.250	1.250	1.620	1.117	453
Débitos curto prazo	53.657	53.828	46.639	42.923	43.559
Débitos M/ prazo	68.273	72.221	79.659	39.346	32.577
Acréscimos/Diferimentos	4.143	4.025	3.185	2.057	2.070
Total	127.323	131.324	131.103	85.443	78.659

Unidade: milhares de Euros

As variações mais significativas operadas nas rubricas do Activo Líquido, cujo valor total registou uma queda de cerca de 8,2 milhões de Euros (8,5%) verificaram-se em Imobilizações e Dívidas de Terceiros enquanto que, no tocante a Disponibilidades, Existências e Acréscimos e Diferimentos tais variações assumiram valores menos expressivos.

De facto, as Imobilizações registaram um decréscimo de cerca de 3.087 milhões de Euros enquanto as Dívidas de Terceiros registaram uma queda de cerca de 5,630 milhões de Euro no tocante às de Curto prazo tendo as de M/l Prazo sofrido um incremento de cerca de 585 mil Euros.

Por seu turno, as Existências caíram cerca de 756 mil Euros, enquanto que os Acréscimos e Diferimentos e as Disponibilidades registaram incrementos de cerca de 537 mil e 156 mil Euros, respectivamente.

As Imobilizações Corpóreas reduziram-se, em termos líquidos, cerca de 3,1 milhões de Euros o que equivale a investimentos corpóreos realizados no ano de 2,6 milhões de Euros, às amortizações praticadas no Imobilizado Corpóreo de 5,7 milhões de Euros, sendo que os abates/alienações praticados respeitavam a bens totalmente amortizados, portanto com efeito líquido nulo; as Imobilizações Financeiras registaram uma queda de cerca de 14 mil Euros, enquanto que as Imobilizações Incorpóreas ficaram saldadas.

As Disponibilidades observaram uma subida de 156 mil Euros fundamentalmente à custa do aumento de Depósitos em Bancos, cujo incremento derivou do reforço dos depósitos colaterais associados às garantias prestadas a favor do IAPMEI e DGI, bem como do efeito da valorização da cotação dos títulos incluídos em Outras Aplicações de Tesouraria.

Os Créditos M/L Prazo registaram um acréscimo de 585 mil Euros, dos quais cerca de 498 mil Euros em resultado do incremento dos créditos da Lisgráfica sobre a Gestprint associados aos créditos detidos sobre as Empresas Guião/Videodata em consequência do protocolo firmado entre as Empresas envolvidas; verificou-se, ainda um incremento de cerca de 88 mil Euros por reclassificação, no tocante a expectativa de cobrança, de créditos sobre Clientes da Lisgráfica.

Os Créditos a c/ prazo registaram globalmente uma queda de 5.630 mil Euros, ressaltando a significativa queda de cerca de 7,5 milhões de Euros em “Clientes, c/c” e “Clientes, c/ Letras” explicado, fundamentalmente, pela alteração operada no funcionamento do contrato de Factoring que passou a ser “Sem Recurso” bem como pela melhoria do prazo médio de cobrança e pelo reforço das Provisões em cerca de 135 mil Euros; um incremento na rubrica “Empresas Participadas e Participantes” da ordem de 405 mil Euros, traduzindo o incremento de créditos sobre a Holding e sobre a Grafedisport; registamos ainda um incremento na rubrica “Empresas do Grupo” da ordem dos 154 mil Euros derivado de entregas feitas à Grafilis para cumprimento das suas obrigações, tendo em conta o nível da sua actividade e um incremento de cerca de 1,2 milhões de Euros na rubrica “Outros Devedores” que resulta, fundamentalmente, do efeito conjugado da queda dos saldos das Entidades “Esaf” e “Banco Cisf”, respectivamente de 931 mil Euros, derivada da redução do valor da caução das rendas, e de 125 mil Euros por força da reversão para a redução de um Programa de Papel Comercial do pagamento de aceites dos novos accionistas da Grafimadeira de letras que lhe haviam sido endossadas; do incremento de saldos de, respectivamente, 1,750 milhões de Euros da Entidade “Eurofactor” traduzindo a carteira de facturas cedidas não financiada, cerca de 271 mil Euros da rubrica “Projecto Imobiliário”, cerca de 75 mil Euros a receber da Entidade “Quickembal” e um valor de créditos da “Santimel” da ordem de 163 mil Euros a satisfazer com trabalhos futuros.

As Existências registaram uma queda de 756 mil Euros, cuja explicação assenta essencialmente na anulação do saldo da rubrica “Mercadorias”, traduzindo a alienação da rotativa M300, adquirida à Naveprinter aquando do encerramento do Departamento de Revistas e a instalação, e consequente transferência para Imobilizações Corpóreas, da Rotativa M850, também adquirida à Naveprinter por força do mesmo acontecimento, operação que, em conjunto, explica uma queda do

saldo de cerca de 726 mil Euros; o remanescente da redução deriva da descida de cerca de 30 mil Euros do valor da “Produção em Curso” registada no final dos exercícios de 2004 e 2005.

Os Acréscimos e Diferimentos activos traduzem um crescimento de cerca de 537 mil Euros que, fundamentalmente, resulta de um acréscimo do valor de rappel a conceder a Clientes no decurso do exercício de 2006.

A análise do Passivo revela um redução do endividamento com uma expressão de cerca de 6,8 milhões de Euros (7,9%).

Os Débitos a c/ Prazo revelaram um incremento líquido de 636 mil Euros (1,5%) merecendo realce, neste âmbito, o crescimento verificado nas rubricas “Outros Empréstimos Obtidos” e “Estado e Outros entes Públicos”, respectivamente, de 2,7 milhões de Euros e 387 mil Euros; a evolução da primeira está associada à especialização dos Programas de Papel Comercial no que se prende com a respectiva maturidade, bem como idêntica especialização no que toca ao Plano Financeiro de regularização do crédito do IAPMEI acordado no âmbito do PEC, cujo início de cumprimento teve lugar em Setembro de 2005; quanto à segunda, a respectiva evolução reflecte o ajustamento do plano de cumprimento do Plano Financeiro acordado no quadro do PEC, no que respeita às dívidas à Segurança Social e DGI, cujo início ocorreu em Agosto e Setembro, respectivamente, bem como à evolução das contribuições e impostos correntes, cujo vencimento ocorre em Jan/Fev de 2006.

Em sentido inverso, verificaram-se quedas nas rubricas “Fornecedores, c/c”, “Fornecedores, c/Letras a Pagar” e “Fornecedores de Imobilizado, c/ Letras a Pagar” no valor de cerca de 1,018 milhões de Euros, reflectindo uma reclassificação operada no tocante a prazo de pagamento, uma vez que se verificou uma revisão de acordos tendente a uma prorrogação de prazos de pagamento.

Na rubrica “Dívidas a Instituições de Crédito” ocorreu uma queda de cerca de 280 mil Euros, decorrente da redução de responsabilidades perante as Instituições Financeiras.

A rubrica “Fornecedores de Imobilizado, c/c” reflecte uma redução de cerca de 438 mil Euros, traduzindo a redução de responsabilidades associadas a Contratos de Locação Financeira, com maturidade até um ano.

Por último, a rubrica “Outros Credores” também reflecte uma queda de cerca de 387 mil Euros resultante da descida de cerca de 2,8 milhões de Euros de financiamento da operação factoring, compensada por um crédito de 1,2 milhões de Euros representando um adiantamento associado à operação Grafedisport, e um incremento de cerca de 800 mil Euros de rappel a clientes diferido para custos de 2006.

As variações ocorridas em Débitos a M/L prazo que, em resumo, ascendem a 6.770 mil Euros, traduzem a queda verificada na generalidade das rubricas e a consolidação da redução do endividamento iniciada no exercício resultante do encaixe do produto da operação imobiliária e sua afectação a pagamento de passivo financeiro.

Assim, em “Dívidas a Instituições de Crédito” a queda teve a expressão de cerca de 1,8 milhões de Euros, consequência do reescalonamento da dívida financeira por forma a adequá-la às novas condições de Exploração e do serviço da dívida cumprido no exercício.

A rubrica “Outros Empréstimos Obtidos” denuncia uma queda com a expressão de 3,770 milhões de Euros reflectindo a redução de responsabilidades a mais de um ano associadas aos Programas de Papel Comercial e créditos do IAPMEI traduzindo, por um lado o efeito dos pagamentos efectuados no exercício de 2005 e, por outro, a reclassificação no tocante à maturidade.

A rubrica “Fornecedores de Imobilizado, c/c” reflecte uma redução de cerca de 1,675 mil Euros, traduzindo a redução de responsabilidades por Contratos de Locação Financeira a mais de um ano e passagem para curto prazo das rendas vencíveis a um ano.

Tais responsabilidades ascendem a 10,5 milhões de Euros, estando alojados no curto prazo cerca de 2,0 milhões de Euros e no M/L prazo cerca de 8,5 milhões de Euros

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” indica uma queda de cerca de 545 mil Euros traduzindo o ajustamento do plano financeiro acordado no âmbito o PEC para satisfação das dívidas fiscais, sendo que a Acta Final de tal acordo foi assinada em 31/07/05 e o início do esquema prestacional ocorreu em Agosto no tocante à Segurança Social e em Setembro no que respeita à DGI.

A rubrica “Fornecedores, c/c” indica um agravamento de cerca de 1,020 milhões de Euros, reflectindo a transferência do curto para o M/L prazo de créditos de Fornecedores, derivados da renegociação de acordos de pagamento visando a respectiva prorrogação de prazos.

Os “Acréscimos e Diferimentos” passivos registaram um incremento de cerca de 14 mil Euros, sendo que em Acréscimos de Custos se registou uma variação crescente de cerca de 98 mil Euro, enquanto que em Proveitos Diferidos se verificou uma variação em sentido inverso de cerca de 84 mil Euros.

Mantendo a perspectiva cautelosa que levou à sua criação, foi durante o exercício, reduzida a Provisão para Outros Riscos e Encargos em 664 mil Euros consignados à cobertura de situações específicas mantendo, ainda assim, um saldo de cerca de 453 mil Euros para fazer face a um conjunto de situações contingentes.

2.2.5. DESPESAS

Os encargos ao longo dos últimos cinco anos, evoluíram do seguinte modo:

	2001	2002	2003	2004	2005
CMVC	12.965	12.334	9.614	8.350	9.774
FSE	10.188	8.801	7.301	8.231	9.165
Despesas c/ o Pessoal	13.578	12.409	12.062	10.909	11.504
Despesas Financeiras	8.104	7.827	5.126	3.690	2.795
Amortizações / Provisões/Ajustamentos	9.855	9.143	9.059	8.385	5.798
Outras Despesas / Encargos	6.780	4.611	4.552	5.418	645
TOTAL	61.470	55.125	47.714	44.983	39.681

Unidade: Milhares de Euros

A variação de Custos do Exercício, relativamente ao ano anterior, traduz um desagravamento de cerca de 5.302 mil Euros (11,8%)

O Custo das Mercadorias Vendidas/Consumidas representou 27,9% da facturação e reflectiu um agravamento cerca de 1.424 mil Euros em relação ao ano anterior, traduzindo uma perda de 3,6% no rácio CMCV/Vendas + Prestação de Serviços, reflectindo uma menor eficiência de utilização das matérias-primas, se tivermos em conta o abandono da operação jornais, e sem descutar a influência da incorporação de papel, designadamente nos Folhetos/Catálogos, particularmente, o empolamento do custo associado a Mercadorias traduzindo a reclassificação da rotativa de revistas instalada durante o exercício e inicialmente alocada a Existências.

O incremento do consumo de papel, da ordem dos 294 mil Euros deve-se ao crescimento da venda de Folhetos/Catálogos que registou uma variação de cerca de 508 mil Euros.

No tocante a outras matérias primas, registou-se um incremento de Tintas de cerca de 603 mil Euros (15,9%), um incremento de Chapas de cerca de 90 mil Euros (11,4%) e um crescimento de Outras Matérias subsidiárias de cerca de 175 mil Euros (21,2%).

Em resultado de tais variações, o peso relativo do CMVC nas Receitas piorou 3,6%, uma vez que estas em valor nominal tiveram um crescimento de 613mil Euros, (34.421 mil Euros em 2004, contra 35.034 mil Euros em 2005), enquanto que os consumos registaram um agravamento de 1.424 mil Euros (17%)

Os FSE registaram um agravamento de 933 mil Euros (11,3%), reflectindo uma proporção de 26,2 % da facturação, contra 23,8% em 2004; a despeito do crescimento da facturação, registou-se um crescimento mais expressivo dos Custos explicado fundamentalmente pelo impacto da Renda das Instalações derivada da operação imobiliária realizada a meio do exercício de 2004 e, portanto com um impacto de um ano no exercício em apreciação e de apenas um semestre em 2004.

Registou-se uma redução em Subcontratos da ordem dos 80 mil Euros, resultante de menor recurso à subcontratação, designadamente em matéria de Impressão (138 mil Euros), e um ligeiro acréscimo em Acabamento (58 mil Euros), a despeito do recurso extraordinário a subcontratação externa de impressão por força da limitação de meios de produção resultantes do incêndio da rotativa.

As variações ocorridas no concernente às rubricas de Serviços de Terceiros representaram um agravamento de cerca de 853 mil Euros, verificando-se desvios nos dois sentidos, merecendo contudo realce a verificação de desvios desfavoráveis nas rubricas de Rendas e Alugueres (1.577 mil Euros), por força do arrendamento das instalações já acima evidenciado, Gás (116 mil Euros), Electricidade (102 mil Euros), compensados por desvios favoráveis nas rubricas Conservação e Reparação (35 mil Euros), Seguros (16 mil Euros), Limpeza, Higiene e Conforto (78 mil Euros), Trabalhos Especializados (942 mil Euros) e Outros Fornecimentos e Serviços (126 mil Euros).

As Despesas com Pessoal agravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 595 mil Euros (5,46%), representando 32,8% das Vendas Líquidas, contra 31,7% em 2004.

A despeito do crescimento das Vendas, esta classe de Custos registou aumento por força da integração do efectivo da Grafilis e da retomada do processamento do 15º mês.

Deste modo, constatamos que a rubrica “Ordenados e Encargos Sociais” registou um incremento de 341 mil Euros (6,05%), enquanto que o recurso a Horas Extraordinárias cresceu cerca de 213 mil Euros (15,73%), em relação ao ano anterior, evolução explicada pelas razões acima e pela necessidade de recurso a horas face à limitação de meios.

As restantes rubricas cresceram por arrastamento natural – Taxa Social Única, Seguros, Refeições, Custos de Acção Social, e Outros Custos com Pessoal, ainda que com variações de grandeza diversa, apenas se verificando um desagravamento com alguma expressão em Indemnizações/Préreformas que caíram cerca de 188 mil Euros (32,05%)

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 895 mil Euro (24,26%).

Face às Vendas Líquidas, os Custos Financeiros representaram em 2004 cerca de 7,98%, contra 10,7% em 2004.

As medidas tomadas no domínio do reenquadramento, redução e consolidação da dívida aliadas à evolução das taxas produziram efeitos em quase todas as fontes de financiamento assumindo particular realce em Juros de Empréstimos Bancários (1.046 mil Euros em 2004, contra 650 mil Euros em 2005), Juros de Leasing (1.240 mil Euros em 2004, contra

762 mil Euros em 2005), Juros de Papel Comercial (619 mil Euros em 2004, contra 404 mil Euros em 2005) e Juros de Mora e Compensatórios (15 mil Euros em 2004, contra 135 mil Euros em 2005).

As únicas rubricas que tiveram comportamento de sinal inverso foram Descontos de pronto pagamento concedidos (114 mil Euros em 2004, contra 118 mil Euros em 2005), Juros de Factoring (108 mil Euros em 2004, contra 126 mil Euros em 2005), Juros de Acordos com Estado (zero em 2004, contra 82 mil Euros em 2005) e Outros Encargos Financeiros (432 mil Euros em 2004, contra 516 mil Euros em 2005).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 1.107 mil euro mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Do valor de 5.663 mil Euros de amortizações praticadas, couberam a bens adquiridos em Leasing cerca de 3.463 mil Euros e a Bens Próprios cerca de 2.200 mil Euros, representando tal classe de Custo cerca de 16,2% da Facturação Líquida, contra os 17,5% no exercício de 2004, dada a característica inelástica de tal parcela de custo.

As Provisões Ajustamentos praticadas no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 135 mil Euros, representando cerca de 0,4% da Facturação Líquida, contra cerca de 1.614 mil Euros em 2004, equivalentes a 4,7% da Facturação Líquida.

Cabe ainda referir que os Custos de 2005 incluem um valor de 358 mil Euros classificado como Custos Extraordinários onde avultam cerca de 170 mil Euros derivados de Multas e Penalidades Contratuais, cerca de 12 mil Euros de donativos, cerca de 3 mil Euros de Perdas em Existências e 173 mil Euros de Outros Custos e Perdas Extraordinárias, enquanto que em 2004 a mesma classe de Custos atingira um valor de 4,980 milhões de Euros onde avulta o registo de perdas na alienação de Imobilizações Financeiras da ordem dos 4,1 milhões Euros – Guião/Videodata e Naveprinter, perdas em Existências de cerca de 42 mil Euros, comissões associadas à operação imobiliária no valor de 465 mil Euros, e Outros Custos extraordinários da ordem dos 397 mil Euros.

2.2.6. CAPITAIS PRÓPRIOS

A sua evolução foi a seguinte:

	2001	2002	2003	2004	2005
Capital	20.000	19.527	19.527	19.527	19.527
Reservas/Ajustamentos	14.476	3.515	(5.255)	(10.404)	(8.375)
Resultados Retidos	(11.336)	(5.892)	(5.148)	2.029	(1.410)
TOTAL	23.140	17.151	9.124	11.152	9.742

Unidade: Milhares de Euros

O Resultado Líquido do exercício findo em 31/12/04, com a expressão de 2.028.915 Euros foi aplicado, por decisão tomada em Assembleia Geral de accionistas, no reforço da Reserva Legal em 101.446 Euros e na transferência para Resultados Transitados no valor remanescente de 1.927.469 Euros.

As alterações operadas nos Capitais Próprios, durante o exercício, para além das que envolveram a aplicação de resultados do exercício no valor de 2.029 mil Euros, traduziram-se na transferência de “Reservas de reavaliação” para “Resultados Transitados” de cerca de 151.249 Euros relacionados com as amortizações praticadas no exercício de bens que haviam sido objecto reavaliações legais e/ou livres.

Os Capitais Próprios da Empresa registaram uma queda de 1.410 mil Euros (12,6%), por efeito dos resultados líquidos apurados no exercício, que se situaram em 1.410 mil Euros, já que as restantes alterações registadas derivaram de transferências de rubrica acima explicitadas.

A relação Capitais Próprios/Capitais Alheios evoluiu de 13,1% em 2004 para 12,4% em 2005, em resultado da redução dos Capitais Próprios conjugada com a redução do Passivo exigível, ainda que com um ligeiríssimo agravamento do horizonte de exigibilidade.

2.2.7. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS E DE ACTIVIDADE

	2001	2002	2003	2004	2005
Produção (mil Euros)	48.165	45.769	41.566	38.568	37.000
Activo Líquido (mil Euros)	150.463	148.474	140.226	96.596	88.401
Situação Líquida (mil Euros)	23.140	17.151	9.124	11.152	9.742
Desp. c/ Pessoal (mil Euros)	13.578	12.409	12.062	10.909	11.504
Papel Transformado (Ton.)	80.000	85.000	85.000	87.500	87.750
Exemplares/semana (mil.)	6.750	7.000	7.250	7.250	7.250
Capacidade Produtiva *	675	700	700	650	650
Remuneração per/capita (mil Euros)	25,7	25,4	27,5	28,5	28,8
VAB (mil Euros)	35.200	33.435	31.952	30.218	27.226
VAB Per Capita (mil Euros)	66,7	68,4	72,6	78,9	68,2
Meios Libertos (mil Euros)	(1.538)	3.346	3.981	10.414	4.388
Autonomia Financeira (%)	15,4	11,5	6,5	11,5	11,0
EBITDA (mil Euros)	10.767	11.545	12.116	10.640	6.271

* Milhares de cadernos de 16 páginas/hora.

2.2.8. RESULTADOS

	2001	2002	2003	2004	2005
Resultados Operacionais	912	2.402	3.057	2.256	472
Resultados Financeiros	(7.114)	(7.684)	(4.736)	382	(2.605)
Resultados antes Impostos	(11.214)	(5.282)	(5.077)	2.093	(1.332)
Imposto s/ Rendimento	122	95	71	64	79
Resultados Líquidos	(11.336)	(5.892)	(5.148)	2.029	(1.410)

Unidade: Milhares de Euros.

As expectativas alimentadas no tocante à viragem e à consolidação da retoma saíram frustradas e a economia portuguesa observou, em 2005, um novo abrandamento face ao ano anterior, registando um crescimento do PIB de apenas 0,3%, decorrendo tal desaceleração fundamentalmente do menor dinamismo verificado em todas as componentes da procura interna. Para tal afrouxamento contribuiu decisivamente a conjuntura económica internacional, particularmente na Zona Euro, a escalada do preço do petróleo e um clima generalizado de pessimismo instalado nos agentes económicos.

Após um crescimento de 14% em 2004 – Euro 2004 e Festival Rock in Rio o investimento publicitário total nos meios de comunicação social tradicionais cresceu cerca de 21,6% face a 2004, elevando-se a 3,6 milhões de euros, cabendo à imprensa, situada em 2º lugar, cerca de 700 milhões de euros, representativos de um incremento de apenas 3%, face a 2004.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2005 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas.

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller – Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado.

Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior, representou no exercício em análise um valor superior a 600 mil Euros.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se um incremento das Vendas Globais, face ao ano de 2004, de cerca de 613 mil Euros (1,8%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 177 milhões (10,8%). É patente uma desproporção entre o incremento em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas* traduzida em cerca de 738 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 97 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 302 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Suplementos* da ordem de 1.242 mil Euros e na *Família Folhetos/Catálogos* um crescimento da ordem de 508 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram, no entanto, aquém do Orçamento anual num valor rondando os 2,5 milhões de Euros (6,7%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 92 mil Euros e decréscimo de 2,691 milhões de Euros, traduzindo no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a não repetição dos Proveitos registados em 2005, associados ao sinistro e respectiva indemnização compensatória.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 1,6 milhões de Euros (4,1%), para o qual converteu negativamente a rubrica “*Outros Proveitos Operacionais*” com cerca de 2,2 milhões de euros, deixando à actividade operacional um contributo positivo de cerca de 0,6 milhões de Euros.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2004, de cerca de 215 mil Euros devendo, no entanto, sublinhar-se que este aparente insucesso deriva fundamentalmente do incremento do peso relativo, ocorrido nos dois exercícios das Rendas e Alugueres das Instalações que reflectem um agravamento de cerca de 1,6 milhões de Euros traduzindo o facto de o exercício de 2005 suportar um ano de rendas, enquanto que 2004 apenas suportou o 2º semestre.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 1,4 milhões de Euros, variação explicada pelo incremento das Vendas, pelo maior consumo de papel determinado pelo crescimento de vendas da Família Folhetos/Catálogos, pelo custo do abate da rotativa alocada a Mercadorias e pelo maior peso específico das Tintas e Chapas.

Os FSE registaram um incremento de cerca de 934 mil Euros dos quais cabe a Rendas e Alugueres uma fatia de cerca de 1,6 milhões de Euros já acima explicada pelo que, na realidade se verificou uma queda de cerca de 643 mil Euros, equivalente a 9,7%, a despeito de se terem observado agravamentos em algumas rubricas, designadamente, Electricidade e Gás, Subcontratos e Outros Fornecimentos e Serviços.

As Despesas com Pessoal registaram um incremento de cerca de 595 mil Euros, explicados pela integração dos trabalhadores da Grafilis e pela retomada do processamento do 15º mês, associados a um ligeiro aumento do recurso a trabalho extraordinário determinado pela redução de capacidade produtiva.

Os Custos Financeiros reflectem uma redução de 895 mil Euros.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 2,1 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio, igualmente desfavorável, de cerca de 318 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 472 mil Euros, inferiores aos do exercício anterior cerca de 1.783 mil Euros porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 1.568 mil Euros, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram um agravamento de cerca de 215 mil Euros. Sublinhe-se que os Custos Operacionais estão influenciados por uma variação de cerca de 1,6 milhões de Euros de Rendas e Alugueres, suportados por força da alienação do Património imobiliário em Julho de 2004 e que, portanto teve impacto nos custos apenas um semestre em 2004 e a totalidade do exercício de 2005.

A queda dos Proveitos Operacionais fez-se sentir particularmente em Outros Proveitos e Ganhos Operacionais da ordem de 2,7 milhões de Euros, e decorre da não repetição óbvia da indemnização compensatória associada ao sinistro ocorrido em 2004, já que quer as Vendas e Prestação de Serviços registaram um incremento de cerca de 613 mil Euros, e os

Proveitos Suplementares igualmente registaram acréscimo da ordem de 92 mil Euros; igualmente se verificaram acréscimos de Proveitos em Reversão de amortizações e Ajustamentos com expressão de 494 mil Euros, observando-se evolução em sentido inverso em Variação da Produção de cerca de 67 mil Euros e Trabalhos para a Própria Empresa de cerca de 8 mil Euros.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (2.605) mil Euros, contra 382 mil Euros em 2004 piorando, em consequência, cerca de 2.987 mil Euros. Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 895 mil Euros, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como de um expressivo decréscimo cifrado em cerca de 3.882 mil Euros de Proveitos Financeiros.

Tal decréscimo deriva de em 2004 ter sido registado como Proveito Financeiro a reversão de uma provisão, constituída em 2003, para as perdas potenciais associadas à alienação de imobilizações financeiras ligadas a Empresas do Grupo, cuja verificação foi relevada como Custos e Perdas Extraordinárias.

Os Resultados Correntes assumem, assim, a expressão de (2.133) mil Euros, contra 2.637 mil Euros em 2004, somatório dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, homólogos.

Os Resultados Extraordinários variaram positivamente cerca de 1.346 mil Euros, por efeito conjugado da redução de 4.623 mil Euros dos Custos Extraordinários (4.981 mil Euros em 2004, contra 358 mil Euros em 2005), e da redução mais expressiva dos Proveitos Extraordinários que registaram uma queda de cerca de 3.277 mil Euros (4.436 mil Euros em 2004, contra 1.159 mil Euros em 2005). O detalhe de Custos e Proveitos Extraordinários consta da Nota 46 do Anexo às Contas.

O Cash-flow atingiu 4.388 mil Euros, contra 10.414 mil Euros em 2004, registando uma queda de 6.026 mil de Euros, reflexo da redução registada no Resultado Líquido de cerca de 3.439 mil Euros, já amplamente justificado e de uma descida das rubricas Amortizações/Provisões/Ajustamentos de cerca de 2.587 mil Euros, conjugados com um agravamento da tributação autónoma de 15 mil Euros.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência da inversão do sentido do resultado que determinou a degradação dos Capitais Próprios em cerca de 1,4 milhões de Euros, conjugada com a redução do Activo Líquido (8,2 milhões de Euros) atingiu a expressão de 11%, contra o índice de 11,5% verificado em 2004.

O EBITDA registou uma descida de cerca de 4,4 milhões de Euros, em resultado da evolução negativa do resultado, conjugada com a queda das Amortizações/Ajustamentos.

3. PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2006

Tomando como base os dados da conjuntura relativos ao primeiro trimestre e as estimativas macro-económicas para 2006 do Banco de Portugal, somos levados a admitir que tal exercício, não será ainda bafejado por um clima de retoma consistente mas, pelo menos estarão afastadas as perspectivas de recessão que caracterizaram a economia portuguesa durante os últimos anos.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância.

Tais medidas tiveram já efeitos visíveis nos exercícios precedentes, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2006, uma vez que tendo reforçado os meios da equipa de Controlo da Produção se tornará mais eficaz o controlo dos índices de produtividade dos recursos disponíveis, visando a optimização da relação custo/produção prosseguindo, desse modo, o processo de adaptação dos recursos materiais e humanos às actuais condições de mercado.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2006 foi feita em moldes conservadores, admitindo para *Revistas* e *Suplementos* as receitas derivadas dos títulos novos contratados, supondo que os títulos antigos serão conservados com nível de facturação idêntico ao registado em 2005, reflectindo um crescimento da ordem dos 10%, tendo em linha de conta que a concorrência e esmagamento de margens ainda perdurará adoptando, em consequência, um *pricing* ajustado a tal realidade, a criação de uma nova Família denominada *Exportação*, corporizando um esforço de viragem para o mercado exterior, e no pressuposto de que as Vendas no Segmento de *Folhetos/Catálogos* e *Listas Telefónicas*, traduzirão um crescimento de 50% e um decréscimo de 10%, respectivamente pressupostos que, em conjunto, reflectem uma estimativa de crescimento global da ordem dos 8%.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos ligeiramente abaixo do Programa Económico fixado, enquanto que em matéria de Custos nos situamos também um pouco abaixo, compensando, de certo modo, o desvio da Receita, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2006.

Detentora de certificado emitido pela APCER em 15/12/2003, através do qual se produziu a transição da Norma NP EN ISO 9001:1995 para a Norma NP EN ISO 9001:2000 foi a Lisgráfica no decurso do 1º semestre de 2005 objecto de uma auditoria de acompanhamento no âmbito da Certificação de Qualidade, tendente a verificar a adequação dos procedimentos da Empresa a tal Norma.

Em 2006 irá a Empresa ser sujeita a nova auditoria, por parte da Entidade Certificadora, no sentido de avaliação das condições de renovação, por três anos, da qualidade de “Empresa Certificada” ao abrigo da Norma NP EN ISO 9001:2000.

Entretanto, estamos a desenvolver os procedimentos necessários à inclusão das Normas Ambientais no SGI – Sistema de Gestão Integrado, por forma a adequá-los à Norma NP EN ISO 14001:2004.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das Contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Gрафedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006.

Tendo sido arrastada para o último trimestre do exercício de 2005 a instalação da Máquina de *Acabamento Muller Tempo*, adquirida à Naveprinter, estão projectados para 2006 os seguintes investimentos:

- **DITP:** Alteração na área da produção de chapas com a passagem para a utilização de chapas negativas, que permitem um aumento qualitativo na impressão e recorrendo a um menor consumo de laser e a um aumento da velocidade de processamento.
- **GMI:** Sistema automático de afinação e controlo de cor através de câmaras; o sistema permite a manutenção da qualidade de impressão ao longo de toda a tiragem, evitando afinações manuais.
- **Stacker Forte:** Empilhador com sistema de compensação, para processamento de trabalhos comerciais que irá permitir a feitura de maços standard, com elevado grau de qualidade. Irá ser utilizado para trabalhos tipo folhetos, podendo no entanto servir de backup às linhas em que irá ser instalado.

Durante o exercício continuarão as diligências tendentes ao desenvolvimento do projecto imobiliário, a conduzir em colaboração com o ESAF e Gabinetes de Consultadoria Externa, por forma a obter o loteamento e aproveitamento urbanístico adequados às áreas não necessárias ao desenvolvimento industrial tendo já sido levada a cabo, a solicitação da Câmara de Oeiras, um estudo de tráfego com vista a avaliar o impacto associado ao estudo prévio apresentado.

No âmbito de tal projecto será edificada durante o exercício de 2006 uma instalação para recolha e tratamento de aparas de papel, resultante da operação, com vista ao respectivo tratamento e reciclagem.

4. NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias, ao mesmo tempo que, tendo renunciado à subscrição dos direitos de accionista, no aumento de capital do BCP, mantém na sua carteira de títulos 110.713 acções daquela Instituição Financeira.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

O Conselho de Administração manifesta o seu profundo pesar pelo recente falecimento do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa, Senhor Dr. João Moraes Leitão, perante cuja memória se curva, com o testemunho da maior consideração e respeito e recorda, com saudade, as palavras de apoio, amizade e incentivo que dele sempre recebeu.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E OUTRAS

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

“ Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2005, no montante de Euro (1.410.436) (Um milhão, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e trinta e seis euros), tenha a seguinte aplicação:

1. “Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo”.

Finalmente, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração a circunstância de, apesar das medidas empreendidas pela gestão, as Contas do exercício de 2005 ilustrarem que os Capitais Próprios, com uma extensão de 9,742 milhões de euros se situam abaixo de metade do capital social de 20 milhões de euros, alertamos os Senhores Accionistas para esta situação.

A despeito da convicção do Conselho de Administração de que tal situação se poderá reverter no final do exercício de 2006, tanto mais que a diferença para metade do capital é diminuta, aconselham os princípios da prudência e obriga a lei que o Conselho de Administração proponha aos Senhores Accionistas que as medidas elencadas nas alíneas b) e c) do nº 3 do artigo 35º do CSC, com a redacção introduzida pelo Dec.-Lei nº 19/2005, de 18 de Janeiro, sejam submetidas a análise e deliberação na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2005.

Queluz de Baixo, 31 de Março de 2006

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Braz Monteiro

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do n.º 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2005, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

2 – Nos termos do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALINEA B) DO N.º I DO ART.20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 31 de Dezembro de 2005 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 74,08% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS ANUAIS ANEXAS, REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2004 (VALORES EM EURO)

Autofinanciamento		4.387.729
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):		
52.213 a €5		261.065

Durante o exercício não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euro)

ACTIVO	Notas	2005			2004
		AB	AA	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	10	101.250.151	64.638.993	36.611.158	39.787.376
Equipamento de transporte	10	1.186.863	697.398	489.465	569.686
Ferramentas e utensílios	10	56.868	42.920	13.948	19.969
Equipamento administrativo	10	1.180.682	877.484	303.198	404.525
Outras imobilizações corpóreas	10	758.430	256.937	501.493	532.654
Imobilizações em curso	10	371.814	-	371.814	107.149
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10	30.000	-	30.000	-
		104.834.808	66.513.732	38.321.076	41.421.359
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	13.880.161	-	13.880.161	13.880.161
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	950.584	-	950.584	936.504
Empréstimos a empresas associadas	10 e 16	500.000	-	500.000	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964
		15.345.709	-	15.345.709	15.331.629
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes, conta corrente	16	88.732	-	88.732	-
Empresas participadas e participantes	21 e 23	5.550.207	-	5.550.207	5.051.609
Outros devedores		8.927.156	8.339.823	587.333	589.258
		14.566.095	8.339.823	6.226.272	5.640.867
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo	21 e 41	880.395	4.630	875.765	868.067
Produtos e trabalhos em curso	42	71.819	-	71.819	108.778
Mercadorias	21 e 41	-	-	-	726.826
		952.214	4.630	947.584	1.703.671
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		6.547.154	-	6.547.154	14.024.050
Clientes - títulos a receber		84.713	-	84.713	46.629
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	9.185.410	9.185.410	-	-
Empresas do grupo	16	715.994	-	715.994	561.702
Empresas participadas e participantes	16	2.249.455	-	2.249.455	1.843.723
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		81.996	-	81.996	62.313
Estado e outros entes públicos	48	709.540	-	709.540	701.715
Outros devedores	16, 21 e 23	9.336.575	146.822	9.189.753	7.968.846
		28.910.837	9.332.232	19.578.605	25.208.978
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	21 e 51	629.972	372.011	257.961	209.248
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	51	5.576.366		5.576.366	5.470.538
Caixa	51	2.039		2.039	649
		5.578.405		5.578.405	5.471.187
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	49	21.405		21.405	29.825
Custos diferidos	49	2.124.166		2.124.166	1.579.217
		2.145.571		2.145.571	1.609.042
Total de amortizações			66.513.732		
Total de ajustamentos			18.048.696		
Total do activo		172.963.611	84.562.428	88.401.183	96.595.981

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Liliana Cardeira Nunes

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2005	2004
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 37 e 40	20.000.000	20.000.000
Ações próprias - valor nominal	40	(261.065)	(261.065)
Ações próprias - descontos e prémios	40	(213.056)	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	7.196.951	7.196.951
Reservas de reavaliação	40	239.654	390.903
Reservas:			
Reserva legal	40	1.008.586	907.140
Outras reservas	40	8.424	8.424
Resultados transitados	40	(16.827.005)	(18.905.723)
Subtotal		11.152.489	9.123.574
Resultado líquido do exercício	40	(1.410.436)	2.028.915
Total do capital próprio		9.742.053	11.152.489
PASSIVO:			
Provisões:			
Outras provisões	34	453.012	1.117.180
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Dívidas a instituições de crédito	50	10.586.804	12.387.195
Fornecedores, conta corrente	52	1.770.875	751.870
Outros empréstimos obtidos	50	5.917.150	9.686.663
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	53	8.485.577	10.159.537
Estado e outros entes públicos	48	5.816.226	6.361.005
		32.576.632	39.346.270
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	299	299
Dívidas a instituições de crédito	50	3.580.285	3.859.096
Fornecedores, conta corrente		13.723.470	13.742.359
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		365.295	58.776
Fornecedores - títulos a pagar		1.184.232	2.181.304
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		890.369	1.197.638
Empresas do grupo	16	9.677.704	9.680.455
Outros empréstimos obtidos	50	5.037.383	2.313.595
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	4.597.503	5.036.531
Estado e outros entes públicos	48	2.189.427	1.802.899
Outros credores		2.313.103	3.050.164
		43.559.070	42.923.116
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	1.538.644	1.440.703
Proveitos diferidos	49	531.772	616.223
		2.070.416	2.056.926
Total do passivo		78.659.130	85.443.492
Total do capital próprio e passivo		88.401.183	96.595.981

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euro)

	Notas	2005		2004	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:					
Mercadorias	41	334.484		71.370	
Matérias	41	9.439.818	9.774.302	8.279.133	8.350.503
Fornecimentos e serviços externos			9.164.858		8.231.054
Custos com o pessoal:					
Remunerações		8.067.916		7.566.325	
Encargos sociais:					
Outros		3.436.369	11.504.285	3.342.593	10.908.918
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	5.663.311		6.770.477	
Ajustamentos	21	134.854		1.228.623	
Provisões	34	-	5.798.165	385.516	8.384.616
Impostos		179.518		379.670	
Outros custos e perdas operacionais		107.317	286.835	58.144	437.814
(A)					
Perdas em empresas do grupo e associadas	10 e 45	61.931	36.528.445	9.451	36.312.905
Juros e custos similares:					
Outros	45	2.732.715	2.794.646	3.680.119	3.689.570
(C)			39.323.091		40.002.475
Custos e perdas extraordinários	46		358.009		4.980.661
(E)			39.681.100		44.983.136
Imposto sobre o rendimento do exercício	48		78.600		63.640
(G)			39.759.700		45.046.776
Resultado líquido do exercício			(1.410.436)		2.028.915
			38.349.264		47.075.691
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	418.284		89.600	
Produtos	44	34.615.789	35.034.073	34.331.407	34.421.007
Variação da produção					
Trabalhos para a própria empresa	42		(36.959)		30.501
Proveitos suplementares			130.812		139.439
Outros proveitos e ganhos operacionais	16	1.197.502		1.105.508	
Reversões de ajustamentos	21	160.164		2.850.666	
		515.352	1.873.018	21.470	3.977.644
(B)			37.000.944		38.568.591
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	-		198.838	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	45	7.528		9.964	
Reversões de ajustamentos	21 e 45	48.713		3.804.746	
Outros juros e proveitos similares	45	133.112	189.353	58.043	4.071.591
(D)			37.190.297		42.640.182
Proveitos e ganhos extraordinários	46		1.158.967		4.435.509
(F)			38.349.264		47.075.691
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			472.499		2.255.686
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			(2.605.293)		382.021
Resultados correntes: (D) - (C) =			(2.132.794)		2.637.707
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(1.331.836)		2.092.555
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			(1.410.436)		2.028.915

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2005	2004
Vendas	44	35.034.073	34.421.007
Custo das vendas		(32.948.427)	(29.704.413)
<i>Resultados brutos</i>		2.085.646	4.716.594
Outros proveitos e ganhos operacionais	54.a)	2.928.155	5.879.979
Custos de distribuição	54.b)	(748.996)	(532.561)
Custos administrativos	54.c)	(1.943.879)	(2.957.152)
Outros custos e perdas operacionais		(1.009.386)	(2.809.172)
<i>Resultados operacionais</i>		1.311.540	4.297.688
Custo líquido de financiamento	54.d)	(2.602.050)	(3.837.417)
Ganhos(perdas) em filiais e associadas	45	(61.931)	(3.857.985)
Ganhos(perdas) em outros investimentos		20.605	1.937.391
Resultados não usuais ou não frequentes		-	3.552.878
<i>Resultados correntes</i>		(1.331.836)	2.092.555
Impostos sobre os resultados correntes		(78.600)	(63.640)
<i>Resultados correntes após impostos</i>		(1.410.436)	2.028.915
<i>Resultado líquido do exercício</i>		(1.410.436)	2.028.915
Resultados por acção		-	0,51

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c), infra, pelo que as mesmas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos.

A Empresa apresenta separadamente demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelos *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais evidenciam capitais próprios e um resultado consolidado líquido negativo do exercício de 9.488.230 Euros e 1.205.844 Euros, respectivamente.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram aumentadas em 151.249 Euros. Este montante não é aceite em 40 % como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 239.654 Euros (Nota 13).

A Empresa classifica as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil como custo adicional desse equipamento. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o seu período estimado de realização.

b) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.a), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

e) Ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa foram calculados com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

i) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação não foram registados, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

j) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, ajustado ao respectivo valor de mercado.

k) Letras descontadas

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço são deduzidos à correspondente rubrica do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2005, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 6.543.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

2007	99.000
2008	6.187.000
2011	257.000

	6.543.000
	=====

Conforme referido na Nota 3.i), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com ajustamentos e provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 2.026.000 Euros e passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 515.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 399 e 383 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Adições	Alienações e abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	19.691	-	-	(19.691)	-	-
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	102.577.252	-	2.062.187	(3.484.458)	95.170	101.250.151
Equipamento de transporte	1.091.051	-	95.812	-	-	1.186.863
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.286.669	-	12.544	(118.531)	-	1.180.682
Outras imobilizações	761.871	-	2.650	(6.091)	-	758.430
corpóreas						
Imobilizações em curso	107.149	-	359.835	-	(95.170)	371.814
Adiantamentos por conta de imobilizado em curso	-	-	30.000	-	-	30.000
	<u>105.880.860</u>	<u>-</u>	<u>2.563.028</u>	<u>(3.609.080)</u>	<u>-</u>	<u>104.834.808</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	13.880.161	-	-	-	-	13.880.161
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	936.504	14.080	-	-	-	950.584
Empréstimos a empresas associadas	500.000	-	-	-	-	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	-	14.964
	<u>15.331.629</u>	<u>14.080</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.345.709</u>

Rubricas	Amortizações acumuladas			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	19.691	-	(19.691)	-
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	62.789.876	5.333.575	(3.484.458)	64.638.993
Equipamento de transporte	521.365	176.033	-	697.398
Ferramentas e utensílios	36.899	6.021	-	42.920
Equipamento administrativo	882.144	113.871	(118.531)	877.484
Outras imobilizações corpóreas	229.217	33.811	(6.091)	256.937
	64.459.501	5.663.311	(3.609.080)	66.513.732

O aumento verificado na rubrica “Partes de capital em empresas associadas” foi como segue:

Reconhecimento de mais-valia (Nota 46) (a)	76.011
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	(61.931)

	14.080
	=====

- (a) Em 7 de Janeiro de 2004 a Empresa subscreveu e realizou uma participação financeira de 50% no capital da Gafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Gafedisport”) de 1.250.000 Euros e realizou prestações acessórias de 500.000 Euros mediante a entrega de activos fixos corpóreos avaliados em 1.750.000 Euros. Em resultado desta operação o valor do investimento financeiro na Gafedisport encontra-se deduzido de metade do valor líquido da mais-valia apurada na entrega dos referidos activos no montante de 228.035 Euros (Nota 16) tendo sido reconhecidos 76.011 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 31 de Dezembro de 2005, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliamos
Equipamento básico	1.835.176	239.654	2.074.830

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo histórico	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Equipamento básico	56.388.219	7.310.632	(40.558.097)	23.140.754
Equipamento de transporte	846.137	-	(453.360)	392.777
Ferramentas e utensílios	36.617	-	(26.700)	9.917
Equipamento administrativo	79.745	-	(54.422)	25.323
	<u>57.350.718</u>	<u>7.310.632</u>	<u>(41.092.579)</u>	<u>23.568.771</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” 10.457.866 Euros relativos a contas a pagar às locadoras, dos quais 8.305.577 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano (Nota 53), e são como segue:

2006	2.152.289
2007	2.847.298
2008	2.333.254
2009	2.141.896
2010	983.129
	<u>8.305.577</u>
	<u>10.457.866</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital Próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	13.431.275	13.376.928	64	(1.688)	90,48	<u>13.880.161</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia líquida apurada no exercício de 1999 relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, que engloba a menos valia potencial na alienação da participação na Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. de 2.204.515 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 570.063 Euros. No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo em 31 de Dezembro de 2005. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital próprio (b)	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Grafedisport (a)	11.676.137	3.357.237	6.264.461	(123.861)	50%	950.584

(a) Os valores apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa associada em 31 de Dezembro de 2005. Esta participação financeira encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial. O valor do investimento financeiro foi deduzido da mais-valia inicialmente apurada no exercício de 2004 relativa à realização em espécie do capital da Grafedisport, actualmente de 228.035 Euros (Nota 10).

(b) Este montante inclui 1.000.000 Euros de prestações acessórias.

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo, participadas e participantes		Empréstimos de financiamento	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado	Empresas do grupo
			Curto prazo	Médio e longo prazo				
Gestigráfica	584	-	-	-	-	-	-	9.677.704
Grafilis	6.950	-	715.994	-	-	-	-	-
Gestprint	-	-	1.426.602	5.550.207	-	1.014.851	-	-
Naveprinter	252.035	2.116.585	7.697	-	-	2.384.068	886.587	-
Grafedisport	36.451	-	815.156	-	500.000	3.398.919	886.587	-
	296.020	2.116.585	2.965.449	5.550.207	500.000			9.677.704

Em 31 de Dezembro de 2005, as transacções com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Grafedisport	Fornecimentos e serviços externos	Proveitos suplementares
		4.343	694.101

21. AJUSTAMENTOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversões	Saldo final
Ajustamentos em existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.630	-	-	4.630
Mercadorias	134.484	-	(134.484)	-
	139.114	-	(134.484)	4.630
Ajustamentos em dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	9.452.165	114.113	(380.868)	9.185.410
Outros devedores	8.465.904	20.741	-	8.486.645
	17.918.069	134.854	(380.868)	17.672.055
	18.057.183	134.854	(515.352)	17.676.685
Ajustamentos em títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria (Nota 45)	420.724	-	(48.713)	372.011
	18.477.907	134.854	(564.065)	18.048.696

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa de 9.185.410 Euros e 8.486.645 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando ajustadas na sua totalidade (Nota 21).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas de, aproximadamente, 5.284.000 Euros.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam contas a pagar em mora em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), Contribuições para a Segurança Social e outros impostos de 439.850 Euros, 1.121 Euros e 33.582 Euros, respectivamente (Nota 48), que não se encontravam incluídos no procedimento extrajudicial de conciliação.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e as dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos inclusive, ascendiam a 2.511.006 Euros (Nota 48) e 6.352.302 Euros (Nota 50), respectivamente.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 5.450.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 8.919.720 Euros, que visam, essencialmente, garantir os pagamentos do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI de 1.005.840 Euros (Nota 50), da dívida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no valor de 4.438.690 Euros e da dívida à Direcção Geral de Impostos de 3.226.785 Euros (Nota 48).

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, as provisões foram reduzidas em 664.168 Euros (Nota 46), as quais destinam-se a cobrir riscos inerentes à actividade da Empresa.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2005:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aplicação de resultados	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Acções próprias – valor nominal	(261.065)	-	-	-	(261.065)
Acções próprias – descontos e prémios	(213.056)	-	-	-	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	7.196.951	-	-	-	7.196.951
Reservas de reavaliação (Nota 13)	390.903	-	-	(151.249)	239.654
Reserva legal	907.140	-	101.446	-	1.008.586
Outras reservas	8.424	-	-	-	8.424
Resultados transitados	(18.905.723)	-	1.927.469	151.249	(16.827.005)
Resultado líquido do exercício	2.028.915	(1.410.436)	(2.028.915)	-	(1.410.436)
	11.152.489	(1.410.436)	-	=	9.742.053

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Notas 12 e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 27 de Abril de 2005, foi decidido transferir 5% do resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 para “Reserva legal” no valor de 101.446 Euros e o remanescente para resultados transitados, no valor de 1.927.469 Euros.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	861.310	872.697
Compras	-	9.389.153
Regularização de existências	(526.826)	58.363
Existências finais	-	(880.395)
	334.484	9.439.818

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, é como segue:

Existências finais	71.819
Existências iniciais	<u>(108.778)</u>
	<u><u>(36.959)</u></u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram como segue:

Conselho de Administração	193.783
Conselho Fiscal	<u>23.400</u>
	<u><u>217.183</u></u>

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	34.571.151
Mercado externo	<u>462.922</u>
	<u><u>35.034.073</u></u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Juros suportados	2.353.743	3.387.256
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	61.931	9.451
Diferenças de câmbio desfavoráveis	418	674
Descontos de pronto pagamento concedidos	118.212	114.618
Outros custos e perdas financeiros	<u>260.342</u>	<u>177.571</u>
	<u>2.794.646</u>	<u>3.689.570</u>
Resultados financeiros	<u>(2.605.293)</u>	<u>382.021</u>
	<u><u>189.353</u></u>	<u><u>4.071.591</u></u>

Proveitos e ganhos:

Juros obtidos	80.728	40.221
Ganhos em empresas do grupo e associadas	-	198.838
Rendimentos de participações de capital	7.528	9.964
Diferenças de câmbio favoráveis	308	613
Descontos de pronto pagamento obtidos	786	17.209
Reversões de ajustamentos (Nota 21)	48.713	3.804.746
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>51.290</u>	<u>-</u>
	<u><u>189.353</u></u>	<u><u>4.071.591</u></u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
<u>Custos e perdas:</u>		
Multas e penalidades	170.020	250
Donativos	11.971	18.837
Perdas em existências	2.896	41.843
Perdas em imobilizações	-	4.105.804
Outros custos e perdas extraordinários	<u>173.122</u>	<u>813.927</u>
	358.009	4.980.661
Resultados extraordinários	<u>800.958</u>	<u>(545.152)</u>
	<u>1.158.967</u>	<u>4.435.509</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Reduções de provisões (Nota 34)	664.168	743.129
Correcções relativas a exercícios anteriores	29.895	11.375
Ganhos em imobilizações e existências	20.199	1.995.823
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>444.705</u>	<u>1.685.182</u>
	<u>1.158.967</u>	<u>4.435.509</u>

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios ao investimento	84.451
Outros (a)	<u>360.254</u>
	<u>444.705</u>

- (a) Este montante inclui 76.011 Euros relativos ao reconhecimento de parte da mais-valia diferida originada no aumento de capital da Gрафedisport (Nota 10).

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamento especial por conta	124.003
Imposto sobre o Valor Acrescentado	<u>585.537</u>
	<u>709.540</u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenções na fonte	142.954
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	63.350
IVA	737.422
Contribuições para a Segurança Social	342.341
Outros impostos	34.163
Procedimento Extrajudicial de Conciliação (IVA, IRS e Segurança Social)	<u>6.685.423</u>
	<u>8.005.653</u>

- (a) Este montante respeita à estimativa de imposto de 78.600 Euros relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, líquida de retenções na fonte de 15.250 Euros.

As contas a pagar relativas a IVA, Segurança Social e outros impostos incluem valores vencidos de 439.850 Euros, 1.121 Euros e 33.582 Euros, respectivamente, que não se encontram incluídos no Procedimento Extrajudicial de Conciliação (Nota 28).

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005 o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 4.438.690 Euros e 3.226.785 Euros, respectivamente (Nota 32). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações para a Empresa até ao final da execução das medidas.

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas incluídas no referido procedimento venciam-se, conforme segue:

2006	869.197
2007	869.197
2008	869.197
2009	869.197
2010	697.629
2011 e seguintes (Nota 29)	<u>2.511.006</u> <u>6.685.423</u>

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	19.031
Outros proveitos	2.374
	<u>21.405</u>

Custos diferidos:

Peças para conservação de máquinas	968.718
Juros antecipados	166.973
Seguros	135.780
Rendas de edifícios e instalações	850
Outros	<u>851.845</u>
	<u>2.124.166</u>

Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.071.761
Juros vencidos e não pagos	333.687
Fornecimentos e serviços externos	<u>133.196</u>
	<u>1.538.644</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.g))	<u>531.772</u>
---------------------------------------	----------------

50. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos bancários:			
Banco Português de Investimento, S.A. (“BPI”) (a)	74.818	922.778	997.596
BPI (b)	498.798	810.547	1.309.345
Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”) (c)	933.891	7.358.624	8.292.515
Outros (d)	2.072.778	1.494.855	3.567.633
	<u>3.580.285</u>	<u>10.586.804</u>	<u>14.167.089</u>
Empréstimos por obrigações:			
Emissão de 1988	<u>299</u>	<u>-</u>	<u>299</u>
Outros empréstimos:			
Papel comercial (e)	4.750.000	4.288.648	9.038.648
IAPMEI (f)	287.383	1.628.502	1.915.885
	<u>5.037.383</u>	<u>5.917.150</u>	<u>10.954.533</u>
	<u>8.617.967</u>	<u>16.503.954</u>	<u>25.121.921</u>

- (a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos.
- (b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica. O empréstimo vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.
- (c) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%.
- (d) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.094.855 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e não ser intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto-prazo e 951.963 Euros relativos a descobertos bancários (Nota 51), os quais se encontram registados no curto-prazo.

Em 31 de Dezembro de 2005, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 13.072.234 Euros, é conforme segue:

2006	3.580.285
2007	1.936.854
2008	1.567.702
2009	1.430.441
2010	2.278.476
2011	<u>2.278.476</u>
	<u>13.072.234</u>

- (e) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. A parcela de médio e longo prazo, inclui 2.500.000 Euros que não tem um plano de reembolso definido, nem é intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto prazo. O plano de reembolso do papel comercial, exceptuando a parcela supra referida, é o seguinte:

2006	4.750.000
2007	1.075.232
2008	<u>713.416</u>
	<u>6.538.648</u>

(f) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 1.005.840 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor em dívida ascendia a 1.915.885 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas a instituições de crédito, com vencimentos a mais de cinco anos inclusive, ascendiam a 6.352.302 Euros (Nota 29), e eram conforme segue:

Papel comercial sem plano de reembolso definido	2.500.000
Empréstimos bancários sem plano de reembolso definido	1.094.855
Empréstimos bancários com plano de reembolso definido	2.278.476
IAPMEI (i)	478.971
	<hr/>
	6.352.302

(i) A dívida ao IAPMEI com vencimento superior a cinco anos, era conforme segue:

2011	287.383
2012	191.588
	<hr/>
	478.971

51. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	2005	2004
Depósitos à ordem	553.223	1.391.082
Depósitos a prazo	<u>5.023.143</u>	<u>4.079.456</u>
	5.576.366	5.470.538
Numerário	2.039	649
Outras aplicações de tesouraria	629.972	629.972
Descobertos bancários (Nota 50)	<u>(951.963)</u>	<u>(706.122)</u>
	5.256.414	5.395.037

Em 31 de Dezembro de 2005, os depósitos a prazo encontram-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Notas 28 e 32).

52. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2005, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o alargamento do prazo de pagamento de dívidas a fornecedores, vencendo-se no médio e longo prazo 1.770.875 Euros sem vencimento de juros.

53. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe das dívidas a fornecedores de imobilizado registadas no médio e longo prazo, era conforme segue:

Locação financeira (Nota 15)	8.305.577
Outros (a)	<u>180.000</u>
	<u><u>8.485.577</u></u>

(a) Este montante respeita à conta a pagar aos anteriores accionistas do Guião, a qual se vence em 2007.

54. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

- (a) A rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Proveitos suplementares”, “Outros proveitos e ganhos operacionais”, “Reversões de Ajustamentos” e “Proveitos Extraordinários”, no que se refere, essencialmente, à redução de provisões e outros proveitos e ganhos extraordinários.
- (b) A rubrica “Custos de distribuição” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Custos com o pessoal” no que se refere a pessoal afecto à distribuição e “Fornecimentos e serviços externos”, no que se refere, essencialmente, a serviços de transporte e expedição de mercadorias.
- (c) A rubrica “Custos administrativos” da DRF inclui, essencialmente, a rubrica “Outros custos e perdas operacionais” e “Custos com pessoal” da DRN das áreas administrativa e recursos humanos”.
- (d) A rubrica “Custos líquidos de financiamento” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Custos financeiros” no que se refere a juros suportados e a outros custos financeiros, “Impostos” e “Proveitos financeiros”.

55. EVENTOS SUBSEQUENTES

No final do primeiro trimestre de 2006, a Lisgráfica alienou a participação financeira detida na Grafedisport à Cofihold, bem como os créditos relativos às prestações acessórias efectuadas, por um valor global de 2.000.000 Euros.

Queluz de Baixo, 31 de Março de 2006

O Técnico Oficial de Contas:

Liliana Cardeira Nunes

O Conselho de Administração:

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		38.866.699	38.258.663
Pagamentos a fornecedores		(20.620.191)	(21.806.990)
Pagamentos ao pessoal		(6.421.071)	(5.796.469)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		11.825.437	10.655.204
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(178.451)	(128.852)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(4.711.203)	(3.188.729)
<i>Fluxos gerados antes das rúbricas extraordinárias</i>		6.935.783	7.337.623
Recebimentos relacionados com rúbricas extraordinárias		210.000	-
Pagamentos relacionados com rúbricas extraordinárias		(169.960)	-
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		6.975.823	7.337.623
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.324.699	2.625.700
Imobilizações corpóreas		5.384	33.819.292
Juros e proveitos similares		7.528	9.964
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		1.337.611	36.454.956
		(678.219)	(2.269.001)
		(1.420.409)	(3.565.556)
		(2.098.628)	(5.834.557)
		(761.017)	30.620.399
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de :			
Empréstimos obtidos		55.798.214	99.601.415
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		55.798.214	99.601.415
		(57.703.697)	(120.104.340)
		(2.632.336)	(8.609.512)
		(1.815.610)	(3.583.199)
		(62.151.643)	(132.297.051)
		(6.353.429)	(32.695.636)
Variações de caixa e seus equivalentes			
(4)=(1)+(2)+(3)		(138.623)	5.262.386
Efeito das diferenças de câmbio		-	(25)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	51	5.395.037	132.676
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	51	5.256.414	5.395.037

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Accionistas de
Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A**

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.
 2. Acompanhámos a actividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
 3. As Demonstrações Financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas que, em consequência, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
 4. No âmbito das nossas funções, verificámos ainda que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira da empresa e do seu desempenho e que o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
 5. Em face do exposto, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e o conteúdo do Relatório Anual de Fiscalização e da Certificação Legal das Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras em apreço;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação de resultados.

Queluz de Baixo, 9 de Maio de 2006

Dr. António de Almeida
Presidente

Eng.^o Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC
representada por
Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrição n.º 110

Pessoa Colectiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de **2005** (que evidencia um total de **88.401.183** euros e um total de capital próprio de **9.742.053** euros, incluindo um resultado líquido **negativo** de **1.410.436** euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Em 31 de Dezembro de 2005, a Sociedade mantém nas suas contas valores a receber, essencialmente de empresas com quem se encontra em relação de grupo, de aproximadamente, 10.600.000 euros. Considerando que a recuperabilidade destes valores depende, nomeadamente, do desempenho económico futuro das operações dessas empresas, não dispomos de informação que nos habilite a uma avaliação fundamentada do valor de realização daqueles mesmos créditos.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do ajustamento que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.** em 31 de Dezembro de **2005**, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o seguinte:
- 9.1 Conforme mencionado na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em apreço, a Sociedade tem optado por não reconhecer os activos e passivos por impostos diferidos estabelecidos na Directriz Contabilística n.º 28, conforme previsto nas disposições transitórias da própria directriz.
A realização e a exigibilidade dos valores activos e passivos por impostos diferidos na mesma nota apresentados estão dependentes da ocorrência futura de resultados tributáveis suficientes.
- 9.2 A Certificação Legal das Contas por nós emitida sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 inclui uma reserva idêntica à apresentada no parágrafo 7 acima e as ênfases descritas nos parágrafos 9.2 e 9.3 do mesmo documento, não se aplica às demonstrações financeiras em apreço.

Porto, 9 de Maio de 2006

Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 88.401.183 Euros e capitais próprios de 9.742.053 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.410.436 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. O balanço em 31 de Dezembro de 2005, inclui contas a receber de terceiros, essencialmente de empresas relacionadas de, aproximadamente, 10.600.000 Euros, cuja cobrança depende do sucesso futuro das operações dessas empresas e do apoio financeiro dos seus accionistas. A esta data e com a informação actualmente disponível, não nos é possível concluir quanto ao momento e respectivo valor de realização.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e appropriada, para os fins indicados no parágrafo 7 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado no anexo às demonstrações financeiras os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor para publicação em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro como adoptadas pela União Europeia.
8. Conforme mencionado na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Aquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 2.026.000 Euros e 515.000 Euros, respectivamente, sendo realizáveis e exigíveis caso a Empresa venha a registrar resultados fiscais suficientes.
9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora em 31 de Dezembro de 2005 estes evidenciem resultados transitados negativos de 16.827.005 Euros, o que face ao valor do capital determina a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Tal como referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras, que em seu entender permitirão a continuidade das operações. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, o momento e realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no decurso normal das operações, dependem do sucesso futuro destas e do apoio financeiro dos seus accionistas.
10. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria datado de 31 de Março de 2005, inclui uma reserva semelhante à descrita no parágrafo 5 acima e cinco ênfases, uma semelhante a esta, duas não aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e duas semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 8 e 9 acima.

Lisboa, 3 de Abril de 2006

**Extracto da Acta nº 59 da Assembleia Geral Anual da
LISGRÁFICA, realizada às 12H00 do dia 30 de Maio de 2006**

Devidamente convocada, a Assembleia Geral foi presidida pelo vice-presidente, Sr. Arqº João Manuel Pinto de Ruella Ramos, devido à ausência do presidente, Sr. Dr. João António Morais Leitão, recentemente falecido, registou a presença de 74,13% da totalidade das acções com direito a voto, e teve o seu início com declarações diversas sobre a figura do Sr. Dr. João Morais Leitão, incluindo a votação unânime de um voto de pesar pelo seu precoce desaparecimento. Em seguida, a Assembleia aprovou por unanimidade as contas individuais da Empresa, e os restantes documentos de prestação de contas, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como a proposta de aplicação de resultados, tudo referente ao Exercício de 2005, e que se transcreve:

“Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2005, no montante de Euro (1.410.436) (Um milhão, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e trinta e seis euros), tenha a seguinte aplicação:

1. – “Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo”.

Foi depois aprovado o relatório de gestão bem como as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao mesmo Exercício de 2005.

A Assembleia aprovou, de seguida, um voto de louvor aos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade pela actividade exercida neste ano em apreço e de confiança aos mesmos membros na sua actividade futura.

No ponto seguinte, a Assembleia procedeu ao preenchimento da vaga de presidente da mesa da Assembleia Geral, aprovando por unanimidade a eleição para o cargo do Sr. Dr. António Brás Monteiro, que tomou imediatamente posse.

Finalmente, no que se refere à situação do capital social, que está abrangido pelo artigo 35º do CSC, foi apresentada a proposta do Conselho de Administração, que se transcreve, ficando ainda entendido que nos meses antecedendo o termo do exercício de 2006 se terá já uma visão mais precisa do que serão as contas relativas a 31 de Dezembro, e que então se tomará uma decisão, se fôr caso disso e com a brevidade possível:

“Apesar das medidas empreendidas pela Gestão, as Contas do exercício de 2005 mostram que os Capitais Próprios, com uma extensão de 9,742 milhões de euros, se situam abaixo de metade do capital social de 20 milhões de euros. Por isso, quer no Relatório de Gestão, na sua parte final, quer na alínea 6) da convocatória da Assembleia Geral, se refere e levanta a questão, propondo que os Senhores Accionistas considerem a situação à luz da lei, designadamente tendo em conta as alíneas a), b) e c) do artigo 35º do CSC, com a redacção do Dec. Lei nº 19/2005 de 18 de Janeiro.

A Gestão está convencida de que esta situação, em que há uma diferença muito reduzida para a metade do capital social, terá uma nova face no termo do exercício, pelo que o signatário propõe que, para além das medidas consignadas no atrás referido artigo (que lhe parecem, qualquer delas, excessivas para o caso presente), os Senhores Accionistas deverão equacionar a hipótese de manter tudo como está até ao termo do exercício de 2006”.

A proposta foi aprovada por unanimidade.